



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Empreendedorismo e Capacitação em meio rural.
Estudo de caso no Togo.

Sabine Pernet

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador: Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2016

AGRADECIMENTOS

A todos os *kissbankers* que contribuíram a esta aventura: Olivia Pernet, Aurélie Pernet, David Pernet, Claudia Batista, Conceição Oliveira, Anne Pequignot, Sébastien Comment, Marie Pourcelot, Francesco Capurro, Amandine Regnaud, Frédérique Voidey, Aurélie Billot-Laillet, Gloria Cervera, Frédérique Cultrut, Amanda Burton, Anna Lorente Ripollès, Diana Seabra, Rui Malheiro, Catarina Costa, Youtha Cuypers, Camila Carnicelli, Sherife Yuseinova, Francis Maizières, Stéphanie Gillet, José-Luis Almécija-Mora, Maribel Perez, José Gomes, Clémence Deleule, Julie De Wispelaere, Gladys Bourdon, Pierre Grison.

Ao Professor Rogério Roque Amaro pelo seu acompanhamento e por todos os ensinamentos que me transmitiu.

À minha grande amiga e corretora de português, Diana Seabra, pela sua dedicação.

A todos os meus familiares e amigos, sem a ajuda e apoio dos quais este trabalho de projeto não teria sido possível.

RESUMO

Hoje em dia, o trabalho é um componente essencial do bem-estar das populações. A remuneração de uma atividade profissional dá acesso aos bens de primeira necessidade e assume um papel crucial na construção da identidade social do indivíduo.

Nos países em desenvolvimento e especialmente nas zonas rurais, as oportunidades económicas são raras, contribuindo para o aparecimento do trabalho informal. Para criar um negócio ou melhorar a produtividade de uma atividade geradora de rendimentos, os indivíduos precisam de um investimento financeiro. Infelizmente, o acesso ao crédito bancário está comprometido pelas condições de empréstimo.

A partir destas constatações, decidimos implementar um programa de empreendedorismo e crédito solidário numa zona rural no Togo para entender quais as condições inerentes a este tipo de projeto de desenvolvimento local. Construimos o nosso plano de ação respeitando os princípios de educação popular e de empowerment. Assim, colocámos a hipótese de que os membros de uma comunidade têm de otimizar os seus conhecimentos e, atuando coletivamente, podem melhorar as suas condições de vida.

Palavras-chave: desenvolvimento local, empowerment, educação popular, empreendedorismo, crédito solidário, participação, ação coletiva, Togo

Classificação JEL:

O55 - Africa

E26 - Economia informal; economia subterrânea

ABSTRACT

Nowadays, having a job is an essential component for the well being of a population. Economic self-sufficiency and work gives the individual access to the basic needs in life, but also provides the individual with a crucial role to play in the whole of the economic structure and thus helps one build their own social identity.

Economic opportunities are scarce in rural areas of developing countries. To create a business or to especially improve the productivity of any activity that expects revenues, individuals need a financial investment. Unfortunately, it is very hard to get a bank credit due to loans' requirements.

We built our action plan based on principles of popular education and empowerment. Thus, we suggest that the members of a community have to optimize their knowledge and, together, own the power to make their lives better.

Keywords: local development, empowerment, popular education, entrepreneurship

JEL Classification:

O55 - Africa

E26 - Informal economy; Underground Economy

ÍNDICE

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	IV
Índice	VII
Índice de Quadros	IX
Índice de Figuras	X
Glossário de siglas	XI
Introdução	1
Parte I. Influências teóricas e metodológicas do projeto	3
Capítulo I. A educação popular	3
I.1. A educação popular e os movimentos sociais	3
I.2. A educação popular, como ferramenta de transformação social	6
I.3. Qual futuro para a educação popular?	9
Capítulo II. O <i>empowerment</i> como ferramenta de emancipação	12
II.1. Definição e processos do conceito de <i>empowerment</i>	12
II.2. Do indivíduo à comunidade	15
II.3. Os limites do empowerment na sua aplicação nos programas de desenvolvimento: as resistências ao princípio de boa governança	17
Capítulo III. O empreendedorismo nos programas de desenvolvimento	20
III.1. A inclusão social através de autonomia financeira	20
III.2 O trabalho informal	22
III.3. Uma alternativa ao modelo económico dominante: a economia social e solidária	
Capítulo IV. O desenvolvimento local e participativo	28
IV.1. O território como objeto de desenvolvimento	28
IV.2 Uma metodologia participativa	31
IV.3. Um desenvolvimento pela democracia	33
PARTE II: Planeamento e avaliação do estudo de caso	36
Capítulo I. Formulação do projeto	36
I.1. Justificações da opção temática	36
I.2. Apresentação do terreno de investigação	39

I.2.a. O Togo	39
I.2.b. A estrutura organizacional que suporta o projeto	40
I.2.c. A comunidade	42
Capítulo II. Uma perspectiva de investigação-ação	45
II. 1. Os nossos objetivos científicos	45
II. 2. Análise do papel dos participantes no projeto	49
Capítulo III. A viabilidade e a sustentabilidade do projeto	53
III.1. A avaliação do projeto	53
III.2. Quais são os factores favoráveis a um programa de crédito solidário numa zona rural no Togo?	58
III.3. A transmissão do projeto à associação local	60
III.4 Os impactos do projeto.....	62
Conclusão	65
Referências	68
Anexos	75
Anexo A – Árvore de objetivos	75
Anexo B – Matriz de Enquadramento Lógico	76
Anexo C – Cronograma	77
Anexo D – Matriz de análise de stakeholders	78
Anexo E – Plano de ação e de avaliação	78
Anexo F – Tabela de análise da investigação-ação	81
Anexo G – Análise SWOT dos cultivadores	83
Anexo H – Grelha de entrevista	84
Anexo I – Questionário Fim Workshop	85
Anexo J – Questionário Avaliação Projeto	86
Anexo K – Ficha microcrédito	88
Anexo L – Ficha de acompanhamento da atividade	94
Anexo M – Agradecimentos aos <i>Kissbankers</i>	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Tabela de análise de investigação	48
Quadro 2.2 : Grelha analítica para avaliação do projeto	55
Quadro 2.3 : Analise SWOT do projeto.....	59
Quadro 2.4 : Grelha de análise de riscos	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: “Índice para uma vida melhor” (OECD,2013)	30
Fig. 2 : Sensibilização à água potável (foto).....	41
Fig. 3 : O novo dispensário “Tata Regina” (foto)	41
Fig. 4: Canal (foto).....	44
Fig. 5 : Cultivador de arroz (foto)	44
Fig. 6: Primeira “foto de família”, com os participantes do projeto, os membros da comunidade e a equipa SIVA-Togo	45
Fig. 7: Um participante apresenta a análise SWOT dos cultivadores (foto)	47
Fig. 8 : Os projetos profissionais dos participantes: horta (foto)	50
Fig. 9 : Os projetos profissionais dos participantes: forno a pão (foto).....	50
Fig. 10 : A formação “contabilidade” a decorrer ao lado da casa do Chefe (foto).....	51
Fig. 11: Almoço na casa do Chefe da aldeia (foto)	54
Fig. 12 : Workshop (foto).....	54
Fig. 13: Membro de SIVA-Togo, a moto é o meio de transporte o mais utilizado (foto).....	54
Fig. 14: Entrevista (foto)	57
Fig. 15: Entrevista (foto)	57
Fig. 16: Entrevista (foto)	57
Fig. 17: Acompanhamento dos participantes pela associação SIVA-Togo (foto)	62
Fig. 18: Acompanhamento dos participantes pela associação SIVA-Togo (foto)	62
Fig.19: Ultima “foto de família”, ao centro da foto o Chefe da aldeia com a sua roupa tradicional (foto)	64

GLOSSARIO DE SIGLAS

AISSED: *Action Internationale pour Servir et Sauver les Enfants en Difficultés*

FAIEJ: *Fonds d'Appui aux Initiatives Économiques des Jeunes*

OECD : Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNUD : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIVA-Togo: *Solidarité Internaionale des Volontaires en Action au Togo*

UNICEF : Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês *United Nations Children's Fund*)

INTRODUÇÃO

O trabalho é, na maioria das sociedades, um componente primordial da vida do ser humano. Permite-lhe prover-se das suas necessidades primárias. Tudo o que o indivíduo precisa e não pode produzir tem de o comprar. O poder económico é então primordial para assegurar o mínimo vital. Mas um trabalho permite também definir a identidade social. Graças à sua profissão o indivíduo encontra uma posição na hierarquia social e uma série de comportamentos e características que lhe são atribuídos. Claramente ele pode compor com esses códigos e o ambiente onde ele evolui para forjar a sua própria identidade. Para além disso, uma atividade profissional é uma via para a autonomia do indivíduo perante a família e as redes de apoio social que a sociedade pode organizar para proteger o povo mais vulnerável.

Percebemos então que quando não há oportunidades de trabalho, o indivíduo está exposto a diferentes riscos. O facto de não poder assegurar as suas necessidades primárias, como ter comida, um teto, roupa, acesso à saúde, à educação, impede o indivíduo de levar uma vida digna e torna-o dependente da comunidade para sobreviver. Os beneficiários das instituições de caridade testemunham as consequências que o desemprego pode desencadear numa pessoa, privando-a da sua autonomia. A pobreza dentro da qual cai ou nasce o indivíduo vem também enfraquecer a sua identidade e expô-lo a uma instabilidade psicológica.

Quer seja dentro das nossas sociedades ocidentais ou nos países em desenvolvimento, o trabalho é um dos meios mais relevantes para garantir o bem-estar ao indivíduo. Certas zonas ou gerações sofrem mais dificuldades para encontrar uma atividade profissional. Por isso, os programas de desenvolvimento tentam criar oportunidades para as pessoas mais vulneráveis. Este foi o nosso objetivo quando decidimos implementar um projeto numa zona rural de um país africano. Os meios que conseguimos juntar para esta iniciativa foram humildes e não permitiam um projeto de grande escala. Foi através de um crédito solidário e uma formação que tentamos capacitar os membros de uma comunidade agrícola togolesa com o apoio da associação local Siva-Togo.

Numa primeira parte, expomos as motivações teóricas e metodológicas que direccionaram a nossa iniciativa, assim como os resultados e aprendizagens desta experiência. Este projeto de **empreendedorismo** apoia-se principalmente nos conceitos-métodos de

educação popular e de **empowerment**. A aquisição de rendimentos económicos permite ao indivíduo desenvolver a sua autonomia. No entanto, para ser sustentável tem de aprender a perenizar este poder económico e, para isso, precisa de tomar consciência da realidade social na qual evolui e os obstáculos ao seu bem-estar. É um trabalho coletivo que concerne toda a comunidade. De facto, acreditamos que para chegar ao **desenvolvimento** de um território, tudo começa **ao nível local** e com a participação dos membros de uma comunidade.

Numa segunda parte, apresentamos **o terreno de investigação** e a aldeia de Bolou-Dzobekope, onde seis pessoas foram escolhidas para integrar o nosso programa de crédito solidário. O trabalho agrícola ritma o quotidiano desta aldeia e também se impôs nas atividades profissionais desenvolvidas pelos participantes. Juntos identificámos os problemas que encontravam no quotidiano e as opções possíveis para remediar. Os participantes apresentaram as suas expectativas acerca do crédito e definiram quais eram os indicadores de sucesso para eles. Utilizando uma metodologia participativa, desenvolvemos **uma abordagem de investigação-ação**, observando e recolhendo as informações que iam poder explicar os factores favoráveis e desfavoráveis a um programa de capacitação numa zona rural com estas características. Foi também um trabalho de cooperação com a associação local, SIVA-Togo que foi descobrindo este tipo de metodologia e que se encontra hoje responsável pela continuação do projeto. Concluimos com a descrição dos sinais de **viabilidade e sustentabilidade** do projeto, os quais, infelizmente, enfrentam dificuldades que põem em causa a continuidade do projeto implementado.

PARTE I. INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO PROJETO

Capítulo I. A educação popular

I.1. A educação popular e os movimentos sociais

A educação popular é uma prática educativa que consiste a valorizar o conhecimento do povo e a favorecer a sua conscientização política. Mas qual é a origem deste conceito? Podemos observar na história que desde o Iluminismo existe um desejo de responsabilizar o homem, empurrando-o para palco político. Para Christian Maurel, encontram-se já traços em França no relatório de Nicolas de Condorcet *Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique*, onde o filósofo fala de “*l'art de s'instruire par soi-même*” (Maurel, 2010 : 22). Esta visão surgiu durante o Século das Luzes e concretizou-se na Revolução Francesa. No entanto, nesta altura, a vontade foi sobretudo favorecer a liberdade individual e não a ação coletiva.

Este aspeto próprio à educação popular viria a nascer durante o século XIX com o movimento operário e a luta das classes nas sociedades pré-industriais que o Karl Marx descreveu da seguinte forma: “*les ouvriers commencent par se coaliser contre les bourgeois pour la défense de leurs salaires. Ils vont jusqu'à former des associations permanentes, pour être prêts en vue des rébellions éventuelles*” (Marx, 2002 : 161). Mas como um grupo social toma consciência dos seus interesses e a necessidade de os defender? Podemos pressupor que a organização em grupo favorece a partilha de conhecimentos e de opiniões, assim como, uma cultura identitária. Como disse Christian Maurel :

L'éducation concourt à la compréhension de la réalité historique du moment et à la prise de conscience de la puissance d'agir du peuple. [...] c'est précisément cela l'apport culturel de l'éducation populaire dans une société en transformation. (Maurel, 2010 : 24-25).

Neste sentido não se pode misturar a educação popular com o princípio de educação¹ que revela realidades diferentes. Por exemplo, em França a vontade de educar o povo

¹ Consideramos como definição global da educação: “um processo de socialização durante o qual, através de diversas técnicas e instituições, os seres humanos vão aprendendo, ensinando e partilhando os diferentes

estruturou-se a partir das leis Ferry no final do século XIX, tornando a escola primária gratuita, laica e obrigatória. No entanto, aqui a educação era e ainda é prestada a sujeitos que são apenas depósitos de conhecimentos escolhidos pelas elites e não criadores do seu próprio conhecimento. Segundo Paulo Freire, “em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem” (Freire, 1975 : 82). O programa educativo é construído de maneira a responder às necessidades primárias da sociedade e garantir a coesão social. Se a escola é também o *medium*¹ que permite divulgar uma bagagem cultural comum aos cidadãos, a ideia de preparação para sua futura entrada no mundo do trabalho é tácito desde a escola secundária. Em frente de uma sociedade cada vez mais móbil e evolutiva, acompanhar os adultos na sua adaptação às novas exigências profissionais também se impôs como uma missão dos governos e empresas. Por isso, João Francisco de Souza diferencia a educação popular da educação permanente que para ele é apenas justificada pelo mercado do trabalho (Souza, 2007: 41). No entanto, Rui Canário explica que esse não foi o motivo inicial:

o movimento da educação permanente emergiu, no início dos anos sessenta, num contexto de ruptura e de crítica com o modelo escolar. [...] a perspectiva da educação permanente aparece como um princípio reorganizador de todo o processo educativo, segundo orientações que permitiriam superar a dominância quase exclusiva das concepções e práticas escolarizadas. A educação permanente, assim concebida, enfatiza a sua dimensão cívica, indissociável da construção de uma cidade educativa (Canário, 2000 : p 87).

A educação permanente define-se então como uma educação pós-escolar, acabando por desvalorizar as experiências fora do mundo profissional. Esta desvalorização veio na consequência da pressão do mercado do trabalho e também da vontade de restringir o nascimento de movimentos sociais (Souza, 2007: 44). Apareceu em França nos anos 1980 o termo de educação experiencial para traduzir um conceito multidimensional que tem por “objectivo o desenvolvimento integrado dos indivíduos” (Cavaco, 2002: 28).

conhecimentos que dão lugar à construção de representações sociais, valores, comportamentos e capacidades que facilitam a compreensão, a interpretação e a transformação da realidade” (Caride et al, 2007 : 165-166).

¹ Para Régis Debray, “*Si donc, l'on entend par médium tout moyen de produire une opinion ou de transmettre un discours, c'est-à-dire de susciter ou de modifier une croyance collective, on comprend que le médium dominant d'une époque soit l'enjeu d'un rapport de forces politiques*” (Debray, 1991 : 313).

Do lado da educação popular a finalidade é a “libertação dos oprimidos” : a educação libertadora baseia-se sobre “a reflexão e a acção verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora” (Freire, 1975: 103). Ou seja, **a educação popular permite aos seres humanos entender os mecanismos do mundo onde eles vivem e tomar consciência do impacte transformador que podem ter sobre ele.**

A educação tem este poder, o poder de desconstruir as representações sociais e culturais adquiridas pelo processo de socialização¹ e assim de abrir outras portas, para outros mundos. Para João Francisco de Souza, a cultura condiciona as relações sociais e, por conseguinte, as relações de subordinação (Souza, 2007: 62). O autor esclarece as suas palavras dando como exemplo o feminismo o qual nasceu de uma reflexão diária sobre as condições de vida das mulheres, demonstrando assim que “as questões pessoais, do quotidiano, são políticas” (Souza, 2007: 67).

De facto, a vida quotidiana é fonte de conhecimento e reflexão. Tem este aspeto formativo pela diversidade das experiências vividas e o contacto com os outros indivíduos, que sejam relações de proximidade ou encontros pontuais (Cavaco, 2002: 40). Rui Canário ilustra a importância da convivência através de um estudo empírico do associativismo popular no Concelho de Almada, Portugal, durante o período fascista:

A associação é um local de vida, onde se cada um se forma e cultiva as amizades e laços afectivos. Esta sobreposição entre o percurso associativo e o percurso de vida é o primeiro grande traço comum ao grupo de entrevistados. [...] As entrevistas analisadas permitem evidenciar a riqueza do potencial formativo que um “meio de vida” como o das associações populares proporcionava. [...] definindo um processo a partir do qual cada um se torna uma pessoa (Canário, 2009: 143-144).

É por meio da linguagem que a partilha das experiências se objectiva. Efetivamente é graças a ela que podemos trocar com os outros membros da sociedade. Mas não só, a linguagem funciona também como vínculo dos significados da vida quotidiana e permite

¹ Definimos a socialização como : “*un processus biographique d’incorporation des dispositions sociales issues non seulement de la famille et de la classe d’origine, mais de l’ensemble des systèmes d’action traversés par l’individu au cours de son existence. Elle implique certes une causalité historique [...] [mais] elle exclut toute détermination mécanique d’un « moment » privilégié sur les suivants.*” (Dubar, 1991 : 77)

compreender a realidade social (Berger e Luckmann, 2004: 57). Deste modo, podemos afirmar que o espaço, o tempo histórico e a linguagem são três elementos indissociáveis para a coexistência dos indivíduos e conseqüentemente para a sua conscientização e a formação de um movimento social.

I.2. A educação popular, como ferramenta de transformação social

Encontramos na educação popular uma visão política cuja finalidade é capacitar uma transformação social. É a missão dos homens de “transformar a realidade opressora”, sabendo que foram eles que a produziram (Freire, 1975: 52). Mesmo que a realidade objetiva exista fora da existência do indivíduo, não impede que seja o produto da história humana.

Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann, enquanto a realidade objectiva da sociedade impõe-se ao indivíduo através das instituições, a realidade subjectiva é definida na relação com o outro. Os autores desenvolveram uma teoria da socialização secundária. Pois como vimos com a educação, a socialização também nunca acaba. A socialização primária está ligada aos primeiros anos da infância e à imersão nas instituições tais como a família e a escola. A socialização secundária relaciona-se com uma divisão do mundo social em campos especializados, nomeadamente, os saberes profissionais. Para os dois sociólogos pode haver uma continuidade ou uma ruptura entre os valores e normas adquiridos nas socializações primária e secundária, combinada com uma reestruturação da identidade e da realidade subjectiva (Berger e Luckmann, 2004: 173-195). Assim Claude Dubar explica:

C'est en effet grâce à la transformation possible des identités sociales dans la socialisation secondaire que l'on peut mettre en cause les relations sociales intériorisées au cours de la socialisation primaire : la possibilité de construire d'autres « mondes » que ceux intériorisés dans l'enfance fonde la réussite possible d'un changement social non reproducteur. (Dubar, 1991 : 104).

Com certeza, aqui, falamos de identidade ao nível do indivíduo. Mas o membro de uma comunidade como já explicámos não forja a sua identidade apenas para si próprio: ele precisa de ser reconhecido por outrem. Erving Goffman define três tipos de identidade: (a) a identidade pessoal que é objectivada em padrões resultantes da organização social e adoptados pelo membros da sociedade; (b) a identidade social, produto da socialização, que corresponde às categorias sociais e permite aos indivíduos reconhecerem-se antes de se

conhecerem pessoalmente; (c) e a identidade do “eu”, resultante das interações, que permite ao indivíduo ajustar a sua identidade de acordo com os seus desejos e o olhar dos outros (Goffman, 1988 : 116-117).

A construção identitária é então uma negociação entre os valores transmitidos dentro do meio de origem e com as quais o indivíduo aderiu durante a socialização secundária (Dubar, 1991: 257-258). **A identidade social¹ deve abrir-se a novas perspectivas para prever uma mudança social, ou seja, para o indivíduo explorar fora do seu meio de origem.** E a educação popular pode ter este papel. A partir daí, é possível uma transformação social ao nível coletivo.

Christian Maurel define a transformação social como “*la posture d’acteurs sociaux engagés individuellement et collectivement dans la transformation réfléchie de la société et la construction d’autres rapports sociaux et politiques entre les hommes*” (Maurel, 2010 : 31). Porém, temos de diferenciar a transformação social das transformações da sociedade. Karl Marx na sua introdução à *Contribuição para a crítica da economia política* identifica as transformações da sociedade como as condições de produção económica definindo as relações de produção. O filósofo alemão considera que os homens têm de, em primeiro lugar, tomar consciência dos conflitos resultantes dessas relações de produção e só depois conseguirão direccionar o conflito para fomentar a evolução da sociedade ao nível cultural e político, ou seja, a transformação social (Marx, 1977: 28-29).

Mas pelo Christian Maurel, as transformações da sociedade não podem encontrar a sua origem apenas nas relações de produção, precisando-se também de uma nova configuração das relações sociais resultando de novas representações culturais (Maurel, 2010 : 35). Contrariamente para João Francisco de Souza, a dimensão económica é essencial para uma transformação social: “A cultura não é apenas ideias, símbolos. É base material, necessita de sustentação económica” (Souza, 2007: 63). Encontra-se este pressuposto nas políticas de igualdade de género, assumindo que a autonomia financeira dá às mulheres mais poder decisional e então mais visibilidade no espaço público e político. Porém, sabemos que a

¹ Claude Dubar considera as identidades sociais e profissionais como “*des constructions sociales impliquant l’interaction entre des trajectoires individuelles et des systèmes d’emploi, de travail et de formation. [...] ces identités constituent des formes sociales de construction des individualités, à chaque génération, dans chaque société*” (Dubar, 1991 : 262).

resistência de certas normas sociais precisa de ser combatida pela educação e através de uma sensibilização no que diz respeito às desigualdades sexuais.

Logo o Christian Maurel parte da hipótese que “*l’éducation populaire serait le travail de la culture¹ dans la transformation sociale et politique*” (Maurel, 2010 : 37). Mas a vontade do autor, neste trabalho reflexivo, é demonstrar a cultura como praxis² para afirmar assim o seu contributo na educação popular. Ele explica que a cultura é simultaneamente alimento e produto dos homens e permite um trabalho analítico introspectivo. Assim a cultura possibilita ao homem a redefinição de si mesmo, sendo este fiel a si próprio mas evolutivamente diferente. De facto, o homem é actor e produtor da sua história. Da mesma forma a cultura, como produção histórica dos seres humanos, também faz parte deles e forma-se nas relações sociais (Maurel, 2010: 69-74). Reencontramos esta ideia na obra de Karl Marx, Alain Touraine, Peter Berger et Thomas Luckmann, Claude Dubar mas também com o Paulo Freire: “Através de sua permanente acção transformadora da realidade objectiva, os homens, simultâneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (Freire, 1975: 132).

Sendo os trabalhadores agentes ativos da construção cultural, abriu-se um campo onde a luta entre as classes se tornou um método através do qual estes trabalhadores se poderiam reapropriar da cultura. Esta concepção foi nomeadamente observável em França com as políticas culturais de André Malraux. No entanto, esta democratização da cultura não atingiu os seus objetivos: a classe dominante acabou por definir um conteúdo como cultura legítima em vez de favorecer um movimento cultural alternativo. Assim a democratização da cultura permitiu àqueles que já a consumiam de aumentar o seu consumo. E constatamos a mesma situação com o princípio da escola republicana. António Nóvoa reconhece que “Contrariamente às suas intenções igualitaristas, a Escola contínua, tantas vezes, a deixar os

¹ Apoiando-se sobre o *Projet national d’éducation populaire des Maisons de la Jeunesse et de la Culture*, Christian Maurel define a cultura como “*l’ensemble des savoirs et des méthodes, les modèles esthétiques et d’organisation [...qui permettent] de comprendre sa situation dans le monde, de la décrire, de lui donner un sens et d’agir sur elle pour la transformer*” (Maurel, 2010: 44).

² Paulo Freire define a praxis como “a reflexão e acção dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 1975: 53).

frágeis ainda mais frágeis e os pobres ainda mais pobres”¹. Para o sociólogo Pierre Bourdieu, a escola é detentora de uma carga simbólica segundo as competências escolares desenvolvidas. Por exemplo, a frequência do ensino geral ou técnico implica o respeito de certas práticas culturais associadas que mais tardes se assumem como as disposições próprias de uma classe social (Bourdieu, 1984: 241-243). A educação difundida pelos opressores é uma maneira de conservar os oprimidos numa certa credulidade e aceitação da sua dominação (Freire, 1975: 94). Por isso, “*une des missions de l’éducation populaire œuvrant comme une conscientisation à effet d’émancipation est d’éclairer et de démontrer ce subterfuge et cette supercherie qui agissent à l’insu même des acteurs*” (Maurel, 2010 :45). É apenas por este tomada de consciência que a transformação da sociedade se torna possível.

I.3.Qual futuro para a educação popular?

Percebemos que a globalização e a lógica mercantil têm um efeito sobre as maneiras de considerar e usar a educação popular hoje em dia. O desafio é tentar constituir uma metodologia pedagógica assumindo a missão primária do conceito: formar espíritos críticos. Segundo Maria da Glória Gohn “Para tal, é preciso dar toda ênfase ao processo de formação dos educadores pois serão esses educadores que terão de levar à prática as novas ideias e as transformações que estão ocorrendo na EP” (Gohn, 2002: 62). Para Paulo Freire, o educador e os educandos têm a obrigação de revelar a realidade social e de formular esta compreensão do mundo. Esta pedagogia baseia-se num processo de reflexão e ação, necessário para garantir o “engajamento” do povo (Freire, 1975: 78). Mas qual é o papel do educador se ele não cumprir o depósito do conhecimento? O educador pode introduzir o “objeto cognoscível” mas o conhecimento estabelecido sobre este assunto faz-se em conjunto com os educandos, num processo dialógico onde o educador educa e é educado pelos educandos (Freire, 1975: 97-99). O educador torna-se um animador, um mediador, um chefe de orquestra que não pode impor a sua opinião ou o seu ponto de vista, mas torna-se o assistente de uma construção crítica da realidade.

O processo de conscientização político próprio aos movimentos sociais resulta de um confronto permanente de saberes para conseguir formular os meios e objetivos duma revolta

¹ Nóvoa, António (2006, Novembro), “Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa”, p.112. Disponível em : http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_4819entuevista_nu_pdf.pdf (acedido em 19/06/2016)

(Souza, 2007: 49). Para Karl Marx, na luta das classes, a burguesia esta constantemente em confrontações, contra a aristocracia ou contra si própria e tem então de aliar-se com o proletariado. Essa aliança fomenta uma certa educação do povo proletário através dessa mesma proximidade com parte da classe dominante ameaçada pelos progressos industriais (Marx, 2002: 52). Mesmo na educação popular existem conflitos entre os saberes populares e intelectuais, mas segundo João Francisco de Souza, e apoiando-se sobre Alberto Rocha¹ pode-se combinar os dois : “O pensamento científico e o pensamento popular são antinômicos, contraditórios, mas não dicotômicos como têm sido tratados. A antinomia permite relações e correspondências” (Souza, 2007: 51). E para continuar, o autor brasileiro explica : “os processos dialógicos entre ambos podem nos levar à formulação de um conhecimento humano mais consistente, amplo e propulsor das reformas culturais necessárias aos nossos tempos de globalização predatória” (Souza, 2007: 52). A partilha de experiências não permite então apenas o confronto de ideias mas também a variedade de conhecimentos produzidos por práticas culturais diferentes.

Digerindo essas substâncias diversas, a educação é formadora de um espírito crítico que conduz ao sentido de cidadania ou a uma capacidade decisional. A sua função sociopolítica não pode ser negligenciada porque ela é essencial para a democracia. O Christian Maurel define precisamente a educação popular como “*une éducation d’individus singuliers agissant dans une multitude plurielle en recherche de son émancipation, de sa conscience de soi et de sa puissance d’agir.*” (Maurel, 2010 : 71). Por exemplo, ele recorda Maio 1968, na história contemporânea francesa, que foi uma época fortemente marcada por um movimento combinado entre a ação coletiva e a educação popular. Neste sentido, o autor considera que para ficar uma ferramenta de conscientização política e cidadã, a educação popular deve destacar-se da autoridade das políticas públicas. Efectivamente, como explica Maria da Gloria Gohn, a educação popular, sendo um método das políticas sociais, perde o seu verdadeiro objetivo libertador:

O campo da Educação Popular se ampliou, ela deixou de ser algo alternativo, marginal à política estatal; ela ganhou centralidade nas políticas sociais. Mas sua natureza também se alterou, não se trata mais da EP conscientizadora do passado; suas práticas alteraram seu perfil político: de contestação à ordem, busca da igualdade via pressões e movimentos para obterem

¹ Rocha, Alberto (1993), “La reinvencción de la democracia”, *Política*, 198, pp. 3-7.

direitos sociais, passou-se a ter práticas mais legalistas, mais voltadas para incluir, ainda que precária e marginalmente, os excluídos pelo sistema econômico mais geral. (Gohn, 2002: 60)

Marc P. Lammerink observa também uma mudança de perspectiva da educação popular na Holanda: *“Los principios que dirigen esta educación son en grande parte político-económico, lo que genera un conocimiento funcional. Éste no va orientado de ninguna manera al empoderamiento o la atención a la solidaridad y la organización”* (Lammerink, 1998: 11). As forças de coerção que as instituições exerçam vão contra os fundamentos da educação popular que dão prioridade aos indivíduos, à partilha das experiências de vida deles e do que sobressai desses encontros. A força da ação coletiva deve vir mesmo dos elementos do grupo e não deve ser alimentada do exterior, para não comprometer a sua essência. Rui Canário lamenta a perda de independência das associações populares com a lógica econômica, alterando a sua identidade, e conclui: *“O ressurgimento de uma dinâmica associativa popular, que institua uma acção educativa de pendor emancipatório, só poderá ser o resultado da acção autónoma de movimentos sociais desenvolvidos pelos trabalhadores”* (Canário, 2009: 151)

Para João Francisco de Souza, apesar de ser reapropriada pela globalização e as políticas, a educação popular ainda é um instrumento dos movimentos sociais (Souza, 2007: 48). Na América latina, o autor reconhece um processo de refundamento da educação popular entre os anos 1991 e 1996 através de discussões plenárias sobre uma redefinição político-pedagógica, baseada nas teorias de Paulo Freire (Souza, 2007: 46-47). Segundo o autor foi muito importante para edificar as bases de uma percepção da educação popular mais em acordo com o mundo actual, *“promovendo [as] positivities [da cultura] e ajudando a superar suas negatividades na direcção da construção da humanidade de todos os seres humanos em todos os quadrantes da terra”* (Souza, 2007: 66-67). Assim a educação popular deve adaptar-se à realidade da sociedade para fornecer novos processos de transformação social.

No caso da educação popular se distanciar das instituições, a questão da escala aparece. Seria melhor agir ao nível micro? Segundo Marc P. Lammerink os objetivos da educação popular no âmbito dos projetos de desenvolvimento permite identificar as práticas existentes de uma comunidade, identificar os problemas e metas coletivamente, capitalizar os recursos, assim como, acompanhar a organização de uma ação coletiva. Trata-se de um método de educação onde todas experiências são boas e constituem um recurso de aprendizagem: *“la gente posee conocimientos valiosos para solucionar problemas. Estos conocimientos están*

muy adaptados a las circunstancias locales, al contexto y a la cultura local.” (Lammerink, 1998: 12).

Agir ao nível local parece a melhor opção para respeitar os princípios fundamentais da educação popular, mas como fazer quando se trata de uma conscientização a grande escala, mais relacionada com políticas de desenvolvimento envolvendo instituições públicas? Dever-se-à esperar que a conscientização dos indivíduos gerida localmente acabe por gerar uma onda a um nível superior? Quais ferramentas se deverão usar para permitir uma divulgação? Por ventura, as novas tecnologias de comunicação? Como se faz nas sociedades onde o acesso a este tipo de tecnologia é fraco? Em resumo, como fazer para atingir a sustentabilidade a partir do território local?

Capítulo II. O *empowerment* como ferramenta de emancipação

II. 1. Definição e processos do conceito de *empowerment*

O conceito de *empowerment* encontra-se utilizado desde o início do século XX nos Estados Unidos, especialmente nos movimentos de reivindicações feminista e afroamericana. Em seguida, o conceito impõe-se em ciências sociais com a obra *Black Empowerment: social work in oppressed community* de Barbara Solomon e acaba por se tornar famoso com o trabalho do brasileiro Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*, publicado em 1974. Referindo-se ao meio rural brasileiro, o escritor explica a importância da educação ativa para permitir a politização dos indivíduos e a capacidade deles a formular escolhas conscientes: “Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente a sua exploração” (Freire, 1975: 71).

A noção desenvolve-se, em seguida, dentro dos movimentos de mulheres latino-americanas nos anos 80 e foi durante a conferência internacional sobre *População e Desenvolvimento* no Cairo em 1994 que a noção de *empowerment* adquire uma fama mundial. Constatando que a pobreza e a exclusão social são algumas das consequências diretas da perda de autonomia (Friedmann, 1996 ; Ninacs, 2008; Castel, 1995), o *empowerment* constitui-se um conceito inevitável para reduzir as desigualdades. Reivindica uma

abordagem participativa com uma perspectiva *bottom-up*, ou seja, o uso dos recursos endógenos ao nível das comunidades para solucionar os problemas identificados. John Friedmann descreve um desenvolvimento alternativo em vez de uma pura visão económica que considera o crescimento das riquezas como indicador de desenvolvimento. Ele propõe de “centrar-se no povo e no seu ambiente”. Ele toma como base os “espaços de vida da sociedade civil aborda[ndo] a questão de uma melhoria das condições de vida e de existência da perspectiva doméstica” (Friedmann, 1996: 33). Para o autor, o desenvolvimento alternativo começa ao nível local e tem como finalidade a sociedade na sua totalidade.

O conceito de *empowerment* significa literalmente “aquisição de poder”. Em português, a noção de *empowerment* pode ser também traduzida por “capacitação”, “empoderamento” ou mesmo “autonomização”. Para Naila Kabeer, o *empowerment* é indissociável do acesso ao poder e da capacidade de escolher. Do seu ponto de vista, existem três dimensões importantes e interdependentes neste processo :

l'autonomisation peut être analysée sous trois angles connexes l'un à l'autre : les capacités réelles d'action ; les ressources ; les réalisations. Les capacités réelles d'action conditionnent la mise en œuvre des choix. A ce titre, elles constituent l'un des pivots du processus d'autonomisation. Les ressources sont les outils qui permettent d'exercer les capacités réelles d'action. Les réalisations sont les produits des capacités réelles d'action telles qu'elles ont été mises en œuvre (Kabeer, 2006 : 214).

Essas três dimensões influenciam-se umas as outras : por exemplo, as realizações podem tornar-se recursos para o grupo ou para geração futura. O *empowerment*, considerado aqui como um processo de aquisição, permite então a sustentabilidade de um projeto. (Kabeer, 2006: 212-219).

Percebemos que para tornar-se *empowered* uma comunidade deve aprender a fazer escolhas mas também a alargar o seu campo de oportunidades. Para John Friedmann, o *empowerment* tem como finalidade :

reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a acção do estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável (Friedmann, 1996: 32).

O autor identifica três tipos de poder, interligados, relativos às unidades domésticas¹: o poder social faz referência ao conhecimento e recursos materiais; o poder político é relativo à capacidade decisional e à participação activa na vida cívica; o poder psicológico diz respeito a auto-estima do indivíduo (Friedmann, 1996: 34-35). A aquisição desses três poderes é necessária para uma transformação social.

Dois dos processos de capacitação os mais reconhecidos nos programas de desenvolvimento, são a educação/formação e a autonomia financeira. A educação, tanto pelo ensino público como pela formação, constituem um meio de trazer ferramentas de reflexão à comunidade. A autonomia financeira permite aos indivíduos adquirir mais conforto material, mas favorece também a auto-estima e a aquisição de poder social, ao contrário de uma lógica de assistência. Desenvolvido por Muhammad Yunus com a Grammen Bank, o microcrédito é hoje uma ferramenta frequentemente usada nos programas de desenvolvimento. Os beneficiários mais favorecidos são as mulheres, reconhecidas como agentes incontornáveis do desenvolvimento numa sociedade (Yunus, 1997: 132-134).

Já explicámos que a pobreza é um fator de exclusão social. Esta dissolução dos laços sociais vulnerabiliza os indivíduos, é o que Robert Castel chama de desfiliação (1995). Por exemplo, o recurso frequente ao microcrédito é justificado pela correlação forte entre o estatuto profissional e a posição social (Castel, 1995: 17; Bihr, 2008: 52). Apesar disso, não se pode focar neste único aspeto da vida das pessoas. Algumas escritoras recordam que os movimentos feministas denunciaram esta abordagem económica do *empowerment* nos programas de ajuda como se fosse suficiente para atingir o desenvolvimento social das populações (Guérin et Palier, 2006: 80 ; Calvès, 2009: 745-746). Concordamos com este ponto de vista : um trabalho de *empowerment* económico não pode ser separado de um *empowerment* social e político. Porque é com a aquisição desses poderes que se torna possível o alargamento das oportunidades económicas para as populações oprimidas, como por exemplo, as mulheres, as minoridades étnicas, ou os deficientes.

A competência social é de facto muito importante porque as competências técnicas ou políticas são definidas socialmente (Bourdieu, 1984: 240). Certos conhecimentos ou saber-

¹ John Friedmann define as unidades domésticas como “ um grupo residencial de pessoas vivendo sob o mesmo tecto e comendo na mesma panela” (Friedmann, 1996: 33)

fazer são atribuídos a uma classe social ou a um sexo. São as normas sociais¹ que fortificam essas representações, até ao ponto os indivíduos rejeitarem certos caminhos, os quais possam estar fora do alcance das suas capacidades. Essas capacidades são integradas como uma disposição “natural” desde a socialização primária. Consideramos que **o empowerment das comunidades tem como objetivo a luta contra as representações sociais coercitivas para que os indivíduos tenham a mesma liberdade de escolha.** É neste sentido que John Friedmann propõe um “desenvolvimento alternativo [...] através de uma política de democracia participada, de crescimento económico apropriado, de igualdade de géneros e de sustentabilidade ou equidade entre gerações” (Friedmann, 1996: 36).

II. 2. Do indivíduo à comunidade

De acordo com o canadiano William Ninacs, o empowerment é uma abordagem de acompanhamento dos indivíduos na reconstituição da capacidade de ação e autonomia. Ele diferencia três níveis interdependentes do empowerment:

- **O empowerment individual** baseia-se na participação, a competência, a auto-estima e a consciência crítica. Esses quatro componentes fazem parte do processo que vai dar ao indivíduo a capacidade de agir e escolher de maneira reflectida e consciente. O grupo constitui o lugar estruturante do empowerment individual (2008: 19-25).
- **O empowerment comunitário** considera a capacidade de agir da parte da comunidade. Os quatro princípios do seu funcionamento são a participação, as competências, a comunicação e o capital comunitário, ou seja a capacidade de auto-ajuda e de mobilização da comunidade (2008: 39-41).
- **O empowerment organizacional** assemelha-se ao papel da organização como apoio à autonomia de ação. Articula-se a partir dos seguintes elementos : a participação, as competências, a consciência crítica e o reconhecimento. Este último pré-requisito é muito importante porque é ele que permitirá à organização de se legitimar no espaço público (2008: 57-61).

Constatamos um vai e vem entre os três níveis de empowerment apresentado por William Ninacs : sustentam-se mutuamente. É um fenómeno que vai do interior para o

¹ O Banco mundial considera como normas sociais os “*types de comportement façonnés par des convictions partagées par la société et imposés sous peine de sanctions sociales informelles*” (Banque mondiale, 2012 : 8).

exterior, do indivíduo para o coletivo, e inversamente. No entanto, conforme o autor, o *empowerment* de uma comunidade não tem sustentabilidade sem a consciência crítica necessária à compreensão dos desafios do ambiente. Inferimos que a pertença a um grupo social ou comunitário poderá promover uma dinâmica entre a desconstrução e reconstrução identitária, necessárias a formação de uma consciência crítica.

De facto, como se diz, “o homem é um animal gregário” e a sua individualidade faz apenas sentido numa realidade coletiva. Como já vimos, a sua identidade social construi-se nas interacções com outrem. E são nessas interacções que os indivíduos reproduzem os códigos sociais tanto como alimentam a sociedade. Por isso a comunidade tem toda a força e os recursos para incentivar uma consciência democrática. Para Christian Maurel :

C'est dans cet aller et retour permanent, travaillées par leurs propres expériences sociales, politiques, éducatives et culturelles que la multitude et ses composantes s'émancipent, se constituent en corps organisés, se pensent à un niveau de conscience supérieur et augmentent leur puissance démocratique d'agir (Maurel, 2010 : 80).

Os programas de desenvolvimento não podem negligenciar a importância das modalidades das relações e das normas sociais e por isso, a abordagem multidimensional tem de ser reforçada. **Um empowerment psicológico e social é um aspecto prévio do empowerment organizacional e político.** E por isso é muito importante já levar os indivíduos a ter confiança neles e gostar deles para serem capazes de desenvolver laços de solidariedade com os outros membros da sociedade. Um programa de desenvolvimento ao dar a prioridade ao indivíduo dá-lhe também a possibilidade de entender o seu valor e a diferença que pode fazer com a sua participação para o melhoramento do seu ambiente.

Portanto, para favorecer um empowerment ao nível da comunidade, os indivíduos devem construir uma identidade coletiva. Por isso, eles têm que entrar numa relação com os pares dentro de atividades comuns. Isso supõe um reconhecimento identitário dentro de um espaço num momento determinado (Dubar, 1991: 122-126). Já vimos que nos movimentos de educação popular esta condição espaço-temporal é imprescindível para confrontação de ideias e por consequência para a emergência de uma consciência política. Para o psicanalista Joseph Rouzel :

L'espace et le temps sont éminemment socialisés. Ce sont des découpages symboliques partagés par un groupe social et qui constituent les lieux d'insertion d'un sujet dans le collectif.

L'insertion [...] commence par ce processus de base: l'intégration dans un groupe à partir d'un partage des mêmes repères d'espace et de temps, et des règles fondées sur le langage et les échanges de paroles qui l'organisent (Rouzel, 2000 : 112).

Criando uma identidade coletiva num lugar e contexto histórico próprio, os indivíduos dão-se conta que existem objetivos que ultrapassam os empenhos deles. A sua conscientização organiza-se à volta de referências comuns aglutinadoras. Alain Touraine considera que o princípio de identidade é indispensável para a viabilidade de um movimento social, para além dos princípios de oposição e de totalidade. Efectivamente, ele considera que o gatilho para o nascimento de um movimento social é o conflito de interesses. Este conflito deve denunciar o “*systeme d'action historique*” que se define como a influência do modelo económico na organização social num determinado contexto histórico (Touraine, 1993: 322-327). É assim que a ação coletiva organizada à volta de interesses opostos vai permitir aos indivíduos de juntarem-se e defenderem os seus direitos na cena pública.

II.3 Os limites do empowerment na sua aplicação nos programas de desenvolvimento: as resistências ao princípio de boa governança

Num contexto de trabalho comunitário William Ninacs alerta para uma relação de poder que se pode instaurar entre o interveniente social e o seu público, porque de um lado, encontra-se um que tem os recursos e do outro lado, são aqueles que devem apropriar-se desses recursos. É para evitar essas situações que o autor canadiano recomenda adoptar a auto-determinação e não a coerção na abordagem com a comunidade (2008: 102-103) : o que é deplorável nos programas de desenvolvimento participativo. Efectivamente, o processo participativo, também defendido pela ONU, não pode responder às problemáticas tangíveis denunciadas pelos ativistas locais, tendo em conta que estão afastados dos debates e tomadas de decisões (Falquet, 2003).

Segundo as Nações Unidas “*on considère que la gouvernance est bonne et démocratique dans la mesure où les institutions et procédés d'un pays sont transparents*”¹. A boa governança permite “*l'équité, la participation, le pluralisme, la transparence, la*

¹ Site web das Nações Unidas: <http://www.un.org/fr/globalissues/governance/> (acedido em 07/06/2015)

responsabilisation et la primauté du droit, de façon efficace et durable”¹. Supõe assim a responsabilidade de cada um e a inclusão do povo nas tomadas de decisões. A Declaração de Paris e o princípio de *ownership* testemunham esta vontade da parte da comunidade internacional. No entanto, a apropriação dos programas de desenvolvimento pela sociedade civil não é sempre respeitada nem desejável. Os doadores continuam a querer impor a sua visão política aos países beneficiários (Freitas, 2012: 825; Calvès, 2009: 744).

Segundo William Ninacs, o *empowerment* não pode sempre ser a finalidade do desenvolvimento comunitário uma vez que as organizações devem tomar decisões “para” a população e não “com” ela (Ninacs, 2008: 109-111). A participação da comunidade é benéfica quando o conhecimento do território é necessário ao projeto. Mas tratando das decisões de investimento, pode ser um inconveniente (Khwaja, 2004: 434). Pode haver desvios e o descomprometimento do Estado, o que não é desejável já que alguns problemas sociais poderiam acabar por ser negligenciados. Pois o Estado pode abandonar uma organização ou uma comunidade *empowered* presumindo que ela seja capaz de suportar sozinha um desenvolvimento sustentável. As comunidades devem entender os desafios e regras de apropriação da ajuda ao desenvolvimento para reduzir a margem de manobra dos doadores. A situação adequada encontra-se numa mediação mais eficaz entre o governo e a sociedade civil. Mas como fazer?

Como já explicámos, John Friedmann desenvolveu uma teoria de um desenvolvimento alternativo onde se valoriza claramente o local e a comunidade. No entanto, para ele, os custos que representam os micro-projetos impedem réplicas múltiplas e mesmo que a existência de um número importante de organizações permita cobrir um grande território, não garante a emergência de movimentos sociais. As iniciativas precisam de ser abrangidas por qualquer entidade superior. Muitas vezes as associações fazem apenas um trabalho de inclusão social e não são capazes de fazer nascer uma conscientização das pessoas. Então, segundo o economista, para fomentar um real impacto de *empowerment* político, devem organizar-se projetos de escala maior. Por isso é necessário que as organizações construam coalizões e formalizem as suas práticas nas quais o Estado se deve tornar parceiro (Friedmann, 1996: 150-171).

¹ Site web das Nações Unidas: <http://www.un.org/fr/globalissues/governance/> (acedido em 07/06/2015)

Mas como conservar a liberdade de movimento da sociedade civil neste contexto? Entendemos nas recomendações de John Friedmann a ideia de boa governança. Mas com o envolvimento do Estado não se corre o risco de ficar numa lógica *top-down*, como nos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980? Para o autor esta colaboração não é um obstáculo à capacitação da comunidade porque, se as organizações ficarem mais bloqueadas nas suas negociações entre elas e o Estado, o povo tem de ganhar mais poder político. Para além disso, é melhor para o Estado ficar com um pé atrás e deixar as associações gerirem as intervenções com a comunidade, tendo apenas o papel de facilitador (Friedmann, 1996: 171).

Concedemos que a falta de colaboração entre organizações é claramente contra-produtiva e as entidades que lutam pelo desenvolvimento das comunidades deveriam ser solidárias para aumentar os impactos das suas ações. Concordamos também que as instituições sendo um produto da história, não são outra coisa senão uma fabricação humana (Berger e Luckmann, 2004: 79). Já salientámos que a identidade social está ligada a história de um grupo mas não tem de ser reproduzida de geração em geração. Pois “*elle est construite [...] aussi à travers les stratégies identitaires déployées dans les institutions que traversent les individus et qu’ils contribuent à transformer réellement*” (Dubar, 1991: 126). **O ser humano tem então esta capacidade de modificar os fundamentos da sociedade onde ele vive e de mudar as regras do jogo.**

No entanto, uma outra interrogação persiste na maneira de proceder num país com um regime totalitário. O Estado-nação é, sem dúvida, um elemento fundamental no desenvolvimento, mas não é sempre fácil lidar com ele. Será que a educação popular não pode ser aplicada enquanto um projeto de grande escala? Lendo John Friedmann, parece-nos que esta colaboração poderia funcionar apenas num país democrático. O autor chama-nos de “cépticos” (Friedmann, 1996: 177). Mas qual é a vantagem para um estado totalitário na elevação da consciência política do seu povo? Percebemos que o Estado pode ganhar popularidade com medidas sociais e permanecer numa aparente paz social, mas não necessita negociar o poder político. Aliás John Friedmann fala do *disempowerment* sistemático relativo às ditaduras militares e impedindo ação coletiva e participação cívica (Friedmann, 1996: 32). Para conseguir um desenvolvimento alternativo à grande escala, parecemos estar em frente da questão: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? A democratização ou o empowerment?

Paulo Freire traz-nos alguns esclarecimentos sobre este assunto com a sua *Pedagogia do oprimido* funcionando em duas etapas. Na primeira, os homens “oprimidos” tomam consciência da realidade social e iniciam uma transformação social. Uma vez cumprida esta transformação, a pedagogia do oprimido torna-se “a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (Freire, 1975: 57). E para conseguir esta transformação social, os oprimidos devem encontrar os motivos da luta para a sua libertação não através da “liderança revolucionária”, mas pela sua própria “conscientização”. A pedagogia do oprimido faz parte do “saber revolucionário” adquirido por um processo de reflexão e ação (Freire, 1975: 74-75).

Consideramos que o conceito de *empowerment* é um processo indispensável ao desenvolvimento. A educação popular apresenta-se como o perfeito conceito-método a aplicar ao nível local numa comunidade *disempowered* para eventualmente levar a reivindicações do povo e negociações com o Estado. No entanto, temos de tomar em conta que quando se trata de defender os direitos humanos também se fala de arriscar a vida, assumindo diferentes graus de risco de acordo com o país de atuação dos projetos. A conscientização e a aquisição do poder político são um processo longo.

Capítulo III. O empreendedorismo nos programas de desenvolvimento

III.1. A inclusão social através de autonomia financeira

O trabalho é indubitavelmente um elemento forte da constituição da nossa identidade social. De facto, a formação identitária depende fortemente do reconhecimento do saber-fazer pelas instituições e a sociedade (Dubar, 2002: 258). Mas é também este reconhecimento que posicionará o indivíduo numa determinada categoria social. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron em *Les Héritiers* (1964) demonstraram perfeitamente as ligações entre o meio social de origem e o sucesso dos indivíduos dentro do sistema de educação formal, influenciando no futuro a posição social, e com certeza o nível de salário. A Escola, instituição legítima para certificar o conhecimento, acaba por ser mais adaptada a receber estudantes da elite. É como uma cúmplice das relações de poder que determinam a hierarquia social (Bourdieu e Passeron, 1964: 108-115).

Sem dúvida, e como já explicamos, existe uma certa correlação entre os diferentes poderes, social, político e económico: quem tem mais de um é susceptível de possuir mais dos outros. De facto, “*les inégalités interfèrent entre elles, en se déterminant et même en se générant réciproquement; [...] elles tendent par conséquent à former un processus cumulatif, au terme duquel les privilèges s’accumulent à l’un des pôles de l’échelle sociale*” (Bihr e Pfefferkorn, 2008: 29). Por isso, um dos objetivos dos programas de desenvolvimento ou de intervenção social é permitir aos indivíduos, ganhar um poder económico e uma identidade para se posicionar na paisagem social através do acesso ao trabalho. De facto, John Friedmann explica-nos que os excluídos da sociedade são as pessoas pobres. Mas o que é a pobreza? Para o autor, é “a falta relativa de acesso da economia doméstica às principais bases do poder social” (Friedmann, 1996: 90). Como já vimos, ele considera que a inclusão passa pelo empowerment das unidades domésticas, e não apenas pelo acesso a recursos financeiros. Por consequência, a autonomia financeira implica uma independência das ajudas sociais.

Georges Simmel explica que “*les pauvres, en tant que catégorie sociale, ne sont pas ceux qui souffrent de manque et de privations spécifiques, mais ceux qui reçoivent assistance ou devraient la recevoir selon des normes sociales*” (Simmel, 1998 : 91). Os beneficiários da ajuda social são dessa forma estigmatizados, o que favorece a exclusão. Para contar os efeitos da ajuda social sobre o beneficiário, Serge Paugam usa a noção de “carreira moral” desenvolvida por Erving Goffman (1968: 41-50) que explica que um indivíduo categorizado deve responder a um conjunto de normas e comportamentos a adoptar. Implica também um leque de estratégias, de ações possíveis que o ator pode usar em frente da autoridade. Para Serge Paugam a assistência pode provocar uma perda progressiva da motivação ao emprego e uma deferência maior perante os serviços de ajuda social (Paugam, 2000 : 114). Da mesma forma, John Friedmann indica que as ajudas sociais não permitem o *empowerment* social ou económico, que tem de vir de “um processo de acção colectiva pelos próprios pobres” (Friedmann, 1996: 81). A política de ajuda social tem no caso do desemprego um efeito perverso fazendo dos beneficiários elementos passivos dentro do jogo social. Ela cria exclusão.

No entanto, para Jacques Donzelot, a invenção do social é um parâmetro necessário à toda sociedade democrática a fim de corrigir, através da política, as desigualdades económicas (Donzelot, 1994: 102-116). O Estado social deve preencher essa função e as políticas sociais respondem às necessidades específicas dos cidadãos para garantir a coesão social. Mas o seu

funcionamento pode apresentar falhas. Para Pierre Rosanvallon assistimos hoje a uma crise do Estado-providência que separa mais e mais os contribuintes dos beneficiários. É o resultado do seu sucesso perante um povo que tinha menos e menos coisas a reivindicar. O autor considera que a “*dissociation entre l'économique et le social*” acabou por destruir o princípio de solidariedade (Rosanvallon, 1995: 10). A política económica favoreceu o individualismo e esmoreceu o laço social e a reciprocidade entre os membros da sociedade. Como Robert Castel salienta, antigamente, “*la vulnérabilité naissait de l'excès des contraintes alors qu'elle apparait maintenant suscitée par l'affaiblissement des protection*” (Castel, 1999: 45). Também constatamos que certas medidas políticas não foram pensadas de maneira sustentável e os efeitos negativos foram mal apreendidos.¹ Se existir uma crise do Estado Providência, ou da Escola como vimos anteriormente, só a organização da sociedade civil permitirá compensar os incumprimentos do Estado e atenuar as desigualdades sociais.

III.2 O trabalho informal

Se nos países desenvolvidos, o Estado garante um subsídio para a satisfação das necessidades primárias, muitas vezes, nos países em desenvolvimento, quando o governo não consegue criar empregos para aos cidadãos, estes não têm outra hipótese se não a de encontrar uma solução alternativa sozinhos : é o que acontece com o trabalho informal. A modernização trouxe novas necessidades para permitir aos indivíduos desenvolverem oportunidades profissionais fora das atividades de auto-subsistência, como a agricultura, ou atividades tradicionais, como o artesanato. John Friedmann define o trabalho informal como:

[o] trabalho desempenhado no contexto de mercados de trabalho urbanos, altamente fragmentados – e segmentados. As atividades informais articulam a economia de subsistência de unidades domésticas com o regime de acumulação do modo de produção capitalista, onde constitui uma das principais fontes de «mais-valia» ou lucros. É este entrelaçamento da subsistência e da acumulação que contribui para a nebulosidade do conceito (Friedmann, 1996: 103).

A contribuição do trabalho informal nas zonas urbanas dos países em desenvolvimento é indiscutível. De facto, o crescimento da população é mais rápido que o crescimento económico. O sector informal engloba então uma grande diversidade de atividades e de

¹ Podemos tomar como exemplo as políticas de alojamento urbanas conduzidas em França nos anos 70 que acabaram para criar *ghettos* e bolsas de pobreza.

formas de unidade de produção. O comércio, parecendo ser a atividade informal mais generalizada em África, é também a área que absorve principalmente pessoas sem escolaridade (Lachaud, 1985: 109-113). O trabalho informal é sobretudo associado à zona urbana, no entanto, nas zonas rurais, as atividades não se cinjam apenas ao trabalho da terra e à agricultura familiar, mas também com outros tipos de trabalho informal. Os agricultores podem vender os seus produtos nos mercados das fronteiras entre o mundo urbano e rural. Como por exemplo, possuir uma moto necessita, de vez em quando, necessita a intervenção de um mecânico, tanto no campo como na cidade. Portanto existe uma economia na zona rural que permite fazer a ligação entre o mundo moderno e tradicional, abrangida pelo sector informal.

O trabalho da terra não permite satisfazer todos os habitantes. Pode sempre ser fonte de alimentação, mas não é toda a população que consegue viver dos rendimentos resultantes do trabalho agrícola. Depois de ter otimizado a sua produção, o agricultor tem de aumentar a superfície da cultura dos seus campos ou melhorar o trabalho da terra. A mecanização representa um custo importante e o Estado apoia mais nas produções de exportação. Os agricultores recorrem à utilização dos fertilizantes químicos ou procuram outras atividades. (Scherpereel, 1985 : 202-210). No entanto, a regra parece ser mais uma combinação entre o trabalho da terra e o trabalho informal traduzindo *“une nécessité imposée par la détérioration des conditions de vie”* (Baumann, 1985: 232). Para além disso, a dinamização do sector informal parece ser difícil, e a produtividade resultante do capital, não parece compensar o investimento da força de trabalho (Baumann, 1985: 237). Outra desvantagem é que, mesmo que o trabalho informal se possa liberar das relações de poder próprias à sociedade antiga (Baumann, 1985: 241), o leque de oportunidades económicas é muito restrito já que é influenciado pelos estereótipos sexuais (Lachaud 1985: 113). As mulheres têm a tendência a voltar-se para o lado da costura, mesmo que o mercado já esteja saturado (Baumann, 1985: 241-243).

O trabalho informal provém de uma iniciativa pessoal, que não parece ter uma rede de protecção fragilizando as identidades profissionais. Efetivamente, são os titulares dos saberes práticos, sem reconhecimento do mundo escolar, formativo ou profissional, que são os mais instáveis, e então próximos da zona *“hors-travail”* e por consequência da exclusão (Dubar, 2002: 258-261). No entanto, para John Friedmann, o trabalho informal é muito importante no desenvolvimento alternativo. Deve ser aceite pelo Estado. É melhor reconhecê-lo como uma

maneira para os pobres satisfazer em as suas necessidades fundamentais. A existência de regulamentos pode ser um risco, porque o mercado de trabalho pode não ser capaz de absorver esta massa de trabalhadores (mas não dispensa a proibição de formas abusivas de trabalho como o trabalho de crianças). Porém, o autor recomenda a organização dos trabalhadores informais na valorização dos seus direitos, pois só dessa forma será possível adquirir poder social (Friedmann, 1996 : 108-109).

O trabalho informal não é sempre ilegal. Ao contrário, ele pode respeitar certos regulamentos de base das autoridades como uma autorização municipal. Mas é quando se fala de um nível superior, como os custos que representam a fiscalidade ou os contratos de trabalho, que a legalização encontra o seu limite (Maldonado, 1985: 334-336). A regulamentação do trabalho informal pode provocar condições de trabalho mais precárias e o desemprego. Contudo, o trabalho informal precisa de se abrir a novas perspectivas. A organização de micro-produção permitiria aumentar a produtividade e por consequência os rendimentos dos indivíduos. Também se podem desenvolver outras profissões através de formações com uma finalidade apenas rural, para não incitar uma migração urbana (Baumann, 1985: 245-246). Os programas de desenvolvimento devem apoiar o trabalho informal, mas do lado de mercados não saturados, com novas oportunidades económicas, respondendo às necessidades do território, mas também com ferramentas de gestão e uma superação da divisão sexual do trabalho. No entanto, esses programas devem ter presente que não podem perturbar a lógica organizacional e cultural própria do contexto do território. O trabalho informal é fonte de paz social, permite diminuir os efeitos devastadores da pobreza e facultar uma certa autonomia do povo perante o Estado.

Percebemos que não pode ser uma solução sustentável. Por exemplo, o trabalho informal pode ter externalidades positivas como conseguir enviar crianças à escola através do *empowerment* económico das mulheres, no entanto, tornar o acesso à escola como um direito universal será mais exigente. O trabalho informal tem pelo menos esta vantagem de manter as pessoas na vida social e económica do território. Para Danielle Cénezuelle, quando fala da economia informal na sociedade francesa, não a considera inclusiva em termos de rendimentos porque se trata de um sector instável e saturado. No entanto, *“la dimension marchande de l’activité est inséparable des relations non-marchandes qui sont socialisantes”* (Cénezuelle, 1996 : 151). De facto, Jean Pierre Lachaud lembra que *“les relations sociales qui*

prévalent dans le secteur informel tendent à reconstituer une solidarité professionnelle qui ne disparaît pas avec la transition économique” (Lachaud, 1985 : 114).

Quando se fala de inclusão por autonomia financeira, seja de uma maneira formal ou informal, **trata-se então de autonomia na subsistência, de sistema de relações de interdependência e solidariedade, e de acesso aos direitos humanos**. Por isso, os recursos económicos não podem ser as únicas dotações para lutar contra a pobreza. Não é suficiente “ter”, é preciso “saber” e “poder” (Bihl e Piferferkorn, 2008: 10-11). É nesta luta contra a marginalização que nasceram iniciativas fazendo renascer uma solidariedade espacial abrangida por uma alternativa à lógica mercantil capitalista: a economia social e solidária.

III.3. Uma alternativa ao modelo económico dominante: a economia social e solidária

A economia social e solidária (ESS) traduz um conjunto de organizações articulando atividades económicas e valores da cooperação e de solidariedade. O benefício principal não é monetário mas sim uma mais-valia social. É no decurso do século XIX que esta maneira de pensar a economia segundo os interesses da comunidade nasce, mediante as cooperativas, as mutualidades e as associações nas sociedades europeias industrializadas.

Em França, no pós-guerra, chegou o Estado social, com as suas medidas proteccionistas (a segurança social) e de justiça social (a redistribuição das riquezas). As mulheres adquiriram o direito de votação e puderam trabalhar livremente, apareceu um salário mínimo, assim como, um subsídio de velhice. Esses progressos sociais assegurados pelo Estado-providência melhoraram a vida de milhares de franceses. Nos anos sessenta o aparecimento da grande distribuição redesenhou a paisagem da economia social. De facto muitas organizações desviaram-se dos seus objetivos numa sociedade de pleno emprego e de consumo de massa. No entanto, a emergência de uma contra-cultura à volta de Maio 68 para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária, trouxe um novo alento à economia social. Juntou-se à ideia de “solidária” perante as dificuldades sofridas pela sociedade nos anos setenta: a diminuição do poder de compra, o crescimento do desemprego, uma política de rigor e a subida da extrema-direita. O aumento da exclusão social interpelou as populações que se interessaram por novos modos de desenvolvimento. O povo virou-se para alternativas económicas combinadas com uma tomada de consciência dos problemas ambientais e a exploração dos países em desenvolvimento.

Constatamos que em França foi a subida da exclusão social que favoreceu a emergência da ESS, com a crise do Estado-providência, chamando a necessidade de recriar laços sociais. Mas no Brasil, a economia social e solidária cresceu num outro contexto, uma vez que a exclusão faz parte da organização económica do país. Efetivamente, trata-se lutar contra a pobreza e não de favorecer a socialização num país onde “existe grande facilidade para uma relação social entre desconhecidos”. A ESS diferencia-se da economia popular “marcada por uma dimensão comunitária” porque é portadora de um projeto que quer abranger a sociedade numa maior amplitude. A ESS defende o melhoramento das condições de vida não apenas ao nível de materiais mas em termos de direitos (França Filho e Laville, 2004: 164-176). Neste sentido podemos dizer que a ESS tem também o poder de levantar movimentos sociais e que é agente de desenvolvimento e de transformação social. De facto, não permite apenas lutar contra a pobreza e a exclusão, mas é uma economia que:

promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural. [...] Respeita e valoriza a diversidade ambiental [...]. E ainda: é baseada numa gestão eficiente, ou seja procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência; deve ser ancorada territorialmente, ou seja deve ter uma base comunitária, e ser promotora do DL. Por último, deve corresponder a um processo de aprendizagem que lhe permita constantemente rever-se e avaliar-se (Amaro, 2005)¹.

A ESS responde a uma lógica de desenvolvimento local e não apenas comunitária, porque se trata de uma gestão social do território e tem por objetivo as reivindicações de direitos no espaço público. Como explica John Friedmann “Ser economicamente excluído é, para todos os efeitos, ser politicamente excluído” (Friedmann, 1996: 21). Consideramos que o **trabalho**, seja de qualquer tipo de economia ou de sector, **tem uma função socializante e é formador da identidade**. No entanto, para ser factor de desenvolvimento tem de ser integrado numa lógica de solidariedade e não de lucro. Para ser sustentável a ESS deve também apresentar um bom equilíbrio nas suas relações com o mercado económico, às instituições públicas e o princípio da reciprocidade. Cada um é relacionado com três tipos de economia: mercantil, não-mercantil e não monetária (França Filho e Laville, 2004: 167; 186).

¹ Amaro Roque, Rogério (2005), «Entrevista a Rogério Roque Amaro: Toda a economia deveria ser solidária» pp.3-4. Disponível em : http://www.esquerda.net/media/rogerio_roque_amaro.pdf (acedido em 01/08/2016)

Constatamos mais uma vez que o estado tem de ser um parceiro quando se quer atingir um nível de desenvolvimento superior à comunidade. Vendo bem, este interesse social por parte das empresas, pondo o empreendedorismo social “na moda”, pode constituir um risco: a retirada do Estado. Uma vez que este, percebendo a emergência espontânea destas iniciativas da comunidade, tenderá a afastar-se dessas causas, deixando as organizações privadas cumprir a sua missão social, afectando, deste modo, o respeito pelos direitos dos indivíduos (Estivill, 2015 : 26).

A ESS constitui então uma alternativa, uma promoção das identidades territoriais, quase como que uma rede de segurança para a comunidade. Além disso, a ESS conhece uma expansão planetária e é hoje reconhecida como um sector institucionalizado. A Europa espera que esta alternativa possa criar empregos e o Fundo Social Europeu apoie especificamente as iniciativas de empreendedorismo social com objetivo de inserção dos públicos mais vulneráveis na frente do mercado de emprego. Para “sobreviver” a ESS tem de se adaptar, conquistar o sector informático para estender os seus valores e inovar para ganhar novos mercados. Verifica-se que na história a produtividade é fator de crescimento e por consequência de emprego. De facto, os progressos técnicos no sector agrícola levaram as populações em direcção à indústria, que, por sua vez, proporcionaram crescimento, antes de as deslocar para o sector terciário. Porém, hoje, isso não poderia acontecer para um quarto sector (Prades, 2001 : 24). O desafio para a ESS é saber usar e promover as inovações tecnológicas e sociais sem se perder numa ambição excessiva que poderia alterar os seus princípios e valores. Para Jordi Estivill, *“No es fácil intentar tener coherencia entre los valores y las practicas, entre dimensión económica y social, entre eficacia y democracia, entre intereses corporativos y comunes, entre urgencias a corto plazo y sostenibilidad a largo plazo, entre respuestas cotidianas y proyectos de transformación, entre continuidad e innovación. Las empresas sociales no pueden dejar de tener los pies en el suelo al mismo tiempo que formular proyectos de futuro”* (Estivill, 2015 : 41).

Para oferecer-se melhores condições de emprego, os países em desenvolvimento têm de reformar as instituições cujo trabalho informal proporciona. As antigas colónias encontram-se muitas vezes na posse de instituições herdadas dos países do Norte e inadaptadas à realidade local actual. Mas é tempo para África de *« vivre sa propre expérience et non celle que le monde extérieur s’obstine à lui imposer »* (Maldonado, 1985: 340). Parece

que uma lógica de desenvolvimento local, combinada com o princípio de boa governança, permitiria regularizar o trabalho informal. Este processo deve acompanhar as unidades de produção com estratégias motivantes e progressivas. Por isso, **uma cooperação eficaz entre o Estado, as suas representações locais e as organizações da sociedade civil é indispensável para desenvolver uma lógica económica e solidária criadora de coesão social.**

O Estado não deve desistir do seu papel de protector. É lado a lado com as organizações da sociedade civil que deve favorecer iniciativas ativas para a inclusão no espaço social das populações mais frágeis, em vez de garantir a satisfação das necessidades primárias por medidas de assistência. O trabalho formal é um meio para promover no espaço social, o encontro e intercâmbio com outros membros da sociedade e assim de manter o laço social.

Capítulo IV. O desenvolvimento local e participativo

IV.1. O território como objeto de desenvolvimento

Na sua origem, o desenvolvimento local tratava-se de estimular as regiões ao nível das suas indústrias e comportava uma conotação económica. O território tornou-se não só uma maneira de justificar a retirada do Estado na política industrial mas sobretudo uma divisão administrativa para favorecer a capitalização dos recursos. Para Paul Houé, a delimitação do território é primordial *“pour qu’une vie collective permette la régulation des conflits, l’expression des aspirations, l’émergence des solidarités, le renouvellement social”* (Houé, 1982: 98). A comunidade toma toda a sua importância neste contexto. Efetivamente, para François Perroux, *“les hommes ont le pouvoir de créer leurs espaces d’influence et d’action”* (Perroux, 1961: 83). As pessoas vivendo sobre um território constituem então os recursos primordiais para fomentar o crescimento económico. Existem três condições inerentes à dinâmica do desenvolvimento : a inovação (um produto da capitalização dos recursos e do princípio de cooperação), a adaptação (uma certa coerência entre o espaço e as inovações) e a regulação (a estabilidade para repetir iniciativas inovadoras). Um dos requisitos para essas três disposições é a solidariedade espacial, ou seja, a coesão entre os diferentes atores numa

unidade local. São as redes informais e institucionais que vão permitir essa solidariedade e o sucesso de projetos de desenvolvimento (Pecqueur, 2000 : 46-50).

Apoiar-se sobre o território permite usar as solidariedades entre os diferentes atores ou desenvolve-las, para juntos, encontrar uma solução sobre as dificuldades emergentes. Em suma, o desenvolvimento local consiste num:

processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquele o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2003: 57).

Mas para tal desempenho, certos elementos são necessários. Genève Besson define cinco princípios importantes do desenvolvimento local : (1) a consciência da população, (2) as forças endógenas, (3) uma abordagem territorial e não sectorial, (4) um espaço de concertação dos atores e (5) um espaço de negociação. A socióloga demonstra a importância da acessibilidade do lugar onde os intercâmbios se formam entre atores e onde as decisões são tomadas (Besson, 2008: 36-37). Esta abordagem favorece então a participação e a capacitação dos habitantes de um território e reivindica um impacto para toda a comunidade. Pode dizer-se que é uma visão integrada do território e não só projetos com finalidades sociais. Assimila também percepções do foro institucional, económico e cultural. Entendemos que **é importante considerar as necessidades da comunidade de uma maneira global, identificar os recursos e os problemas juntos para perceber as relações de causa-efeito** antes de implementar um projeto. Mas como se devem definir as prioridades de ação?

Para John Friedmann, o desenvolvimento parte das unidades domésticas e implica melhoramentos das suas condições de vida o que vai contribuir a felicidade na vida das pessoas. No entanto, como todas querem coisas diferentes, como medir a felicidade das pessoas? As referências entre outras utilizadas são a taxa de desemprego, as estatísticas sobre a saúde, a educação, a habitação ou a energia mas “Por convenção, a medida agregada mais largamente utilizada de “coisas boas na vida” são os rendimentos nacionais [...] normalmente expressas como Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB) ” (Friedmann, 1996: 39). Então o autor faz a crítica a alguns economistas que tomam o PNB per capita “como uma medida grosseira de bem-estar” (Friedmann, 1996: 40). Ele recorda que não se pode confundir economia com desenvolvimento. De facto o rendimento nacional não da conta

da distribuição sobre o território ou entre as classes sociais. Além disso, o rendimento nacional não integra a economia informal e a produção doméstica (Friedmann, 1996: 44-45). O autor não nega a importância do crescimento económico para o desenvolvimento mas tem de analisar a sua qualidade através de “um sistema de indicadores sociais e ambientais” para medir a relação das unidades domésticas com a riqueza do país. Esses indicadores constituem em seguida ferramentas de reivindicações políticas para a sociedade (Friedmann, 1996: 109-113).

De resto, o OECD, através o *Better Life Initiative*¹, desenvolve investigações sobre uma outra maneira de medir o bem-estar, valorizando não apenas uma abordagem material, mas tomando em conta a qualidade de vida dos indivíduos definindo com base em parâmetros como a saúde, a educação, as relações sociais ou a vida cívica. Este conceito também inclui a sustentabilidade para as gerações futuras.

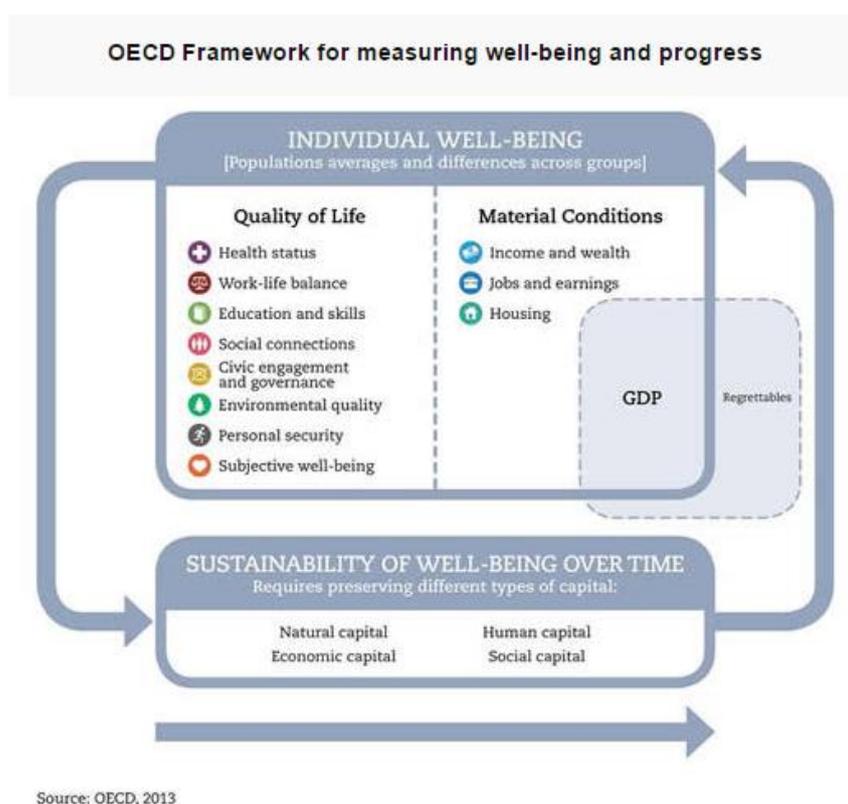


Fig. 1: “Índice para uma vida melhor” (OECD,2013)

¹Better life index : <http://www.oecdbetterlifeindex.org/fr/#/11111111111> (acedido em 26/09/2016)

No entanto, cada parâmetro considerado pelo OECD revela uma realidade diferente em função da população investigada. Amartya Sen identifica cinco variáveis que vão criar necessidades diferentes para as pessoas e então influenciar a sua concepção do bem-estar: (1) a diversidade das pessoas (saúde, género, idade...), (2) o clima ambiental próprio a cada zona geográfica, (3) o clima social (consequente às instituições públicas), (4) as relações sociais e (5) a distribuição do poder nas unidades domésticas (Sen, 2003: 84-85). O bem-estar acaba por ser um conceito heterogéneo e subjectivo. É mesmo difícil encontrar uma definição concretamente formulada. Mas entendemos o bem-estar como a satisfação das necessidades do ser humano para lhe garantir uma existência digna conforme ao seu ambiente de vida.

Percebemos que as condições de bem-estar devem ser definidas pelos indivíduos localmente. São eles que sabem o que é que eles precisam para se sentir “bem”, mesmo que essas condições tenham que ser constantemente redefinidos à medida que a população toma consciência dos seus direitos. Por isso a participação do grupo-alvo num programa de desenvolvimento é primordial.

IV.2 Uma metodologia participativa

A noção de desenvolvimento participativo é reconhecida institucionalmente desde os anos 1990 e baseia-se, segundo John Friedmann, sobre a autonomia de uma comunidade nas acções decisórias, a unidade do território, a democracia participativa e a prática da aprendizagem social (Friedmann, 1996: 170-174). O *empowerment*, conceito-chave da teoria de John Friedmann, reivindica com certeza a participação das comunidades e por consequência uma abordagem colectiva.

Para Isabelle Guérin e Jane Palier, quando explicam o *empowerment* das mulheres, “*L’organisation en groupes facilite la création d’espaces de parole et d’action collective limitant l’isolement, le repli sur soi et favorisant le renforcement mutuel, l’entraide ainsi qu’un processus d’acquisition d’estime de soi*” (Guérin et Palier, 2006 : 78). Sem dúvida, as interacções num grupo de pares permitem ao indivíduo forjar a sua identidade social através da partilha de um sistema de valores comuns e um sentimento de pertença favoráveis para modelar a participação decisória. Como já vimos, **uma abordagem participativa também é necessária à construção de uma identidade de grupo**. Funda-se nas relações entre indivíduos e no relacionamento que desenvolvem com o ambiente, na maneira deles

considerar em um problema e de procurar em soluções: “essa identidade colectiva não advém de princípios, mas de acção concreta permitida (forçada?) pela coexistência e interdependência complexa de um sistema de acção territorializado” (Guerra, 2006 : 23). A metodologia participativa permite identificar coletivamente os problemas que devem ser tratados como prioridades. De facto, nas interacções as pessoas devem negociar e fazer compromissos (Guerra, 2006: 32). Não podem pôr em primeira linha os seus interesses pessoais. É a única maneira para um projeto comum encontrar legitimidade.

A participação ativa dos indivíduos apoia-se na comunicação, o diálogo entre eles. Paulo Freire já nos demonstrou com a *Pedagogia do oprimido* que a comunicação é um elemento indispensável para permitir ação e reflexão, consideradas numa “unidade que não deve ser dicotomizada” (Freire, 1975: 73). De facto, na negociação que estabelecem, “os actores se constituem identitariamente, se regulam em sociedade, e se constituem como comunidade política pela acção que desencadeiam em conjunto” (Guerra, 2006: 38). Ao mesmo tempo que reflectem juntos, os indivíduos estão a construir a ação coletiva. Os responsáveis de programas de desenvolvimento não devem, no entanto, permanecer espectadores dessa troca, devem assumir-se como colaboradores. Eles devem partilhar e ajudar a procurar a informação em falta para alimentar a reflexão. É assim que Isabel Guerra defende uma dinâmica de investigação-ação quando se quer facilitar uma abordagem participativa:

O conhecimento é um recurso apreciável e valorizado pelos actores, pois abre novas perspectivas de entendimento e solução dos problemas. O pesquisador é alguém que tem recursos cognitivos capazes de tornarem mais claras as interacções sociais, tendo pois um papel importante na clarificação quer das opções quer das regras do jogo que possibilitem uma relação negociada entre actores (Guerra, 2006: 51).

Podemos constatar que o desenvolvimento local e participativo partilha semelhanças com o desenvolvimento local de tipo comunitário, muito presente na abordagem anglo-saxónica de serviço social como no Canadá. Nos anos sessenta, falava-se então de animação social e o público-alvo era constituído pelas pessoas mais desfavorecidas. Mas com a prática ir-se-ia tornar um motor da mudança social e adoptar uma visão intersectorial (Favreau, 1991: 74-78). O seu processo e finalidade é o *empowerment* comunitário que William Ninacs define como “*un état où la communauté est capable d’agir en fonction de ses propres choix et où elle favorise le développement du pouvoir d’agir de ses membre*” (2008 : 39). Os

componentes essenciais para este desempenho são a metodologia participativa, a capacidade de explorar as competências do território, um clima favorável à comunicação e a informação e, por fim, o capital comunitário marcado por uma dinâmica de solidariedade (Ninacs, 2008 ; 40-42). Percebemos que sem o *empowerment*, ficamos numa simples lógica de ação social onde atenuamos uma desigualdade, mas sem resolver o problema na origem e sem sustentabilidade. Agimos na correção e não na transformação.

Por isso, consideramos que a metodologia participativa é uma condição *sine qua non* nos projetos de desenvolvimento para conseguir um impacto adequado, sustentável, e permitir às populações serem responsáveis pelo seu próprio destino. De resto, William Ninacs acrescenta que o desenvolvimento participativo tem uma vocação política no reforço da cidadania: o sentido à cidadania, frequentemente adquirido através do desenvolvimento de um espírito crítico, permite colocar a ação coletiva num registo jurídico onde os deveres e direitos dos cidadãos são apontados (Ninacs, 2008 : 47). Efetivamente, como já vimos, o intercâmbio, a comunicação, o direito a palavra, favorecidos pela participação ativa dos indivíduos confirmam-se como indispensáveis ao nascimento de um consciência crítica e democrática.

IV.3. Um desenvolvimento pela democracia

A apropriação de um projeto de desenvolvimento pela comunidade determina a sua adequação com as necessidades dos indivíduos, mas permite também que eles ganhem visibilidade no espaço público. Sherry Arnstein estabeleceu uma escala demonstrando que o grau de participação influencia o tipo de poder adquirido pela comunidade. Consultar as pessoas equivale afinal a uma cooperação virtual. O poder está realmente nas mãos da comunidade quando ela é, pelo menos, considerada como um parceira nas tomadas de decisões, ou quando a responsabilidade de um projeto lhe é entregue, ou quando ela está sob controlo de infraestruturas do bairro (Arnstein, 1969 : 216-224).

Já identificámos que o poder político proporciona mais oportunidades aos indivíduos. Uma vez sensível aos seus direitos, o povo é capaz de identificar as suas necessidades e defendê-las. Para Amartya Sen, a consciência e a liberdade política constrói-se na cena pública através da abertura ao debate. A política multipartidária é uma condição inerente à emergência da democracia participativa, tanto como a capacidade da sociedade ao fazer evoluir os valores (Sen, 2003: 166-168). A aquisição do poder político é uma condição

essencial ao sucesso dos movimentos populares para uma transformação social (Touraine, 1994 : 263). Entendemos que se o povo não tiver uma existência como ator da vida política do país pode comprometer o final de uma revolução, como ilustra a primavera árabe. Como confirma John Friedmann, “enquanto não existe espaço político para o encontro e mobilização civis [...] a cidadania continua a ser meramente um poder virtual” (Friedmann, 1996: 83).

Por consequência, a democracia participativa identifica-se como um instrumento e uma finalidade das políticas de desenvolvimento. Os princípios da democracia respeitados ao nível local através da consulta e da participação ativa do grupo-alvo dos programas de desenvolvimento gera uma conscientização da sua força coletiva e organizada para defender as necessidades de uma comunidade, de um grupo social, ou de um povo inteiro.

John Friedmann considera a democracia “assentando em poderes legítimos de uma cidadania reconhecida ou de uma pertença responsável a uma comunidade politicamente constituída” (Friedmann, 1996: 79). Para o autor, a cidadania esta relacionada com a inclusão/exclusão social dos indivíduos e por sua vez com a pobreza (Friedmann, 1996: 80). O *empowerment* social e económico é um processo fundamental para chegar a uma democracia participativa. De facto “a intensidade das necessidades económicas *aumenta* — mais do que reduz — a urgência das liberdades políticas” (Sen, 2003: 161). Percebemos que as condições materiais que permitem viver a sua vida com dignidade, não podem ser separadas de um reconhecimento político. Os dois são indissociáveis. No entanto a democracia e o respeito dos direitos das populações não podem ser apenas considerados através duma melhoria da partilha das riquezas.

Genève Besson salienta o peso da dimensão cultural no desenvolvimento “*parce que la culture qui correspond à des manières collectives, de penser, d’agir et de ressentir est déterminante du «vouloir vivre ensemble» des hommes qui habitent les territoires que les développeurs veulent aménager*” (Besson, 2008: 46). A coesão cultural é tanto um factor positivo sobre as atividades de produção num território (Pecqueur, 2000 : 45), como um elemento fundamental para formar os “*habitus de lutte*” da ação coletiva (Maurel, 2010 : 122). Mas será que esta coerência depende de um contexto cultural homogéneo?

Sabemos que um território abrange uma diversidade de pessoas com situações sociais, experiencias de vida e hábitos culturais bem diferentes. Por isso, o reconhecimento da

multiculturalidade é o motor da democracia (Souza, 2007: 74). De facto, a democracia depende de um estado de espírito onde se reconhecem as diferenças dos indivíduos como intrínsecas a humanidade. Essas diferenças não podem pôr em causa a igualdade dos seres humanos. Para Alain Touraine, *“l'égalité doit reposer sur une conscience d'appartenance commune à un espace humain qui n'appartient pas plus aux uns qu'aux autres, pas plus aux riches qu'aux pauvres”* (Touraine, 1994 : 271). Os pobres devem aderir aos princípios de respeito e de tolerância para não se tornarem os opressores de amanhã. Para Alain Touraine, os princípios da democracia, hoje em dia, conduziram a uma forma de universalismo que acabou por negar as pertenças culturais particulares. O universalismo compromete o desenvolvimento do conformismo, favorecendo a exclusão, o fanatismo, o comunitarismo e até mesmo o fundamentalismo. Embora a democracia deva :

“permettre aux individus, aux groupes, et aux collectivités de devenir des sujets libres, des producteurs de leur histoire, capables d'unir dans leur action l'universalisme de la raison et la particularité d'une identité personnelle et collective” (Touraine, 1994 : 263).

Os projetos de desenvolvimento ao favorecerem uma abordagem de *empowerment* comunitário permitem criar uma consciência política e um sentimento de solidariedade, baseados sobre uma identidade coletiva forte. A democracia começa com o indivíduo. Cada um de nós que divulga o reconhecimento e a tolerância de outrem participa numa cultura democrática. Uma nação democrática está assegurada por instituições públicas, mas a cultura democrática é uma etapa prévia à partilha do poder político.

PARTE II: PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Capítulo I. Formulação do projeto

I.1 Justificações da opção temática

Os nossos interesses profissionais guiaram o nosso trabalho de dissertação em direcção à ajuda aos povos desfavorecidos, aliado também a uma vontade de descobrir o continente africano. Considerámos a falta de perspectivas económicas e o difícil acesso ao financiamento nas zonas rurais dos países em desenvolvimento e construímos um projeto de crédito solidário tendo por finalidades (a) estimular a autonomia dos indivíduos na criação e procura de oportunidades profissionais e formativas, (b) promover projetos de empreendedorismo favoráveis à comunidade.

Apesar de Mohammad Yunus explicar que as mulheres são elementos importantes do desenvolvimento e devem ser privilegiadas nesses tipos de programa (Yunus, 1997: 131-136), decidimos para o nosso projeto que era melhor integrar tantos homens como mulheres. É para nós uma maneira de reivindicar a igualdade dos sexos sem fazer discriminação positiva. Uma outra condição para permitir o sucesso de um tal programa para Mohammad Yunus é a formação de um grupo que permita a criação de pressão e solidariedade para os beneficiários reembolsarem o empréstimo:

Le sentiment de compétition qui s'instaure dans le groupe comme entre les différents groupes incite chacun à faire de son mieux. Il est difficile de contrôler les emprunteurs individuels; c'est beaucoup plus facile s'ils font partie d'un groupe. Aussi, confier la tâche de contrôle initial au groupe diminue le travail des employés de la banque et le groupe y gagne en autonomie (Yunus, 1997 ; 156).

Será que dentro de uma comunidade, os benefícios de um projeto e a honra pessoal não bastam como motivações para garantir o reembolso do microcrédito? Decidimos acreditar numa pressão solidária sem a obrigação de responsabilizar o grupo. O quotidiano e a convivência dentro de uma comunidade podem promover a fidelidade ao compromisso. Deve-

se “preservar a fachada”¹ (Goffman, 2011 : 9) no seio da comunidade, ou seja, é muito importante para os membros de uma comunidade manterem a sua posição e o seu valor social.

Para conseguir criar este efeito, colocámos a seguinte hipótese: a educação popular através de workshops regulares no seio da comunidade alimenta um sentimento de pertença e a partilha de conhecimentos para solucionar um problema comum. Decidimos seguir um processo de aprendizagem composto por três fases interligadas (Lammerink, 1998: 13):

- a prática, diagnóstico de experiências específicas
- a teoria, conceptualização
- a nova prática, consequências e aplicações na prática de trabalho específica de cada um.

Os indivíduos conhecem o seu território e coletivamente podem identificar o que é que se pode realizar ou não. Assim, as ideias de negócios viriam a nascer das próprias experiências e observações dos participantes. Deste modo, o grupo-alvo assume-se como um recurso de aprendizagem ao mesmo tempo potencia o seu bem-estar. Marc P. Lammerink, a partir da sua experiência na América Latina, explica que “*los proyectos de educación popular se caracterizan por una coordinación local, la pequeña escala y el carácter horizontal y recíproco de las relaciones entre los involucrados*” (Lammerink, 1998: 12).

A fim de respeitar as reivindicações da educação popular, tanto como os princípios de solidariedade territorial e de cooperação característicos do desenvolvimento local, escolhemos favorecer uma metodologia participativa. No início de um projeto, é muito importante diagnosticar a situação em conjunto e decidir qual é o plano a seguir. Para Isabel Guerra “o diagnóstico é um instrumento de pesquisa e um instrumento de participação de todos os que detêm elementos de conhecimento sobre a realidade” (Guerra, 2002: 132). Possibilita detectar as necessidades como os recursos a mobilizar. Mas este processo permite, tanto perceber o sistema de ação que produz essas necessidades, como criar “uma cultura do projecto e um conhecimento mútuo entre todos os intervenientes” (Guerra, 2002, 133-135).

¹ Erving Goffman define a fachada como “o valor positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assume durante um contato particular” (p. 13)

O lugar à palavra permite também aos participantes afirmar os seus desejos e negociar com os outros *stakeholders*. Este processo torna-se primordial para uma definição comum de indicadores de avaliação coerentes com a realidade do terreno e as necessidades da comunidade. Para além disso, sem uma participação activa do grupo-alvo, não conseguimos dar início ao seu *empowerment* seja ao nível individual como comunitário. É para nós uma condição essencial de sucesso de um projeto de desenvolvimento.

De um ponto vista científico, queríamos também observar os parâmetros que podiam influenciar o desenrolar do projeto bem como a implicação do grupo-alvo e as suas decisões (outros projetos, género, contexto sociocultural, geografia da zona, ambiente). Consideramos que o alargamento das oportunidades económicas é um fator de desenvolvimento: o processo de capacitação leva os participantes à autonomia, assim como, a sustentabilidade dos impactos positivos do projeto na vida deles e na comunidade. Mas sabemos que os obstáculos podem ser numerosos, como a reticência da comunidade a participar, as normas sociais, o envolvimento de outros parceiros, o financiamento, o contexto político e a fraqueza dos recursos materiais. Neste estudo de caso, queríamos analisar e perceber os fatores que podiam prejudicar ou favorecer um projeto de empreendedorismo para lutar contra a pobreza no meio rural africano. Daí a nossa pergunta de partida ser a seguinte: quais são as condições e obstáculos ao empowerment económico dos togoleses em meio rural? No caso do nosso projeto de crédito solidário, **pressupusemos que a solidariedade comunitária seria um factor muito importante no reembolso, assim como, a oportunidade de valorizar a sua identidade social.**

Este projeto foi proposto à associação togolesa SIVA-Togo, instalada em Tsévié, uma cidade situada a 40km ao norte de Lomé. Depois de ser aceite, tivemos que juntar o fundo necessário para financiar as atividades de geração de rendimento. Inicialmente, dever-se-iam ter escolhido dez jovens de uma comunidade aldeã para participar num workshop de dois meses onde seria discutido e desenvolvido projetos profissionais. Por isso, criámos um *crowdfunding* na plataforma *KissKissBank*, chamado *10 jeunes. 10 microentrepreneurs*¹. O objetivo da colecta foi 1000 €, ou seja 100€ por projeto profissional. Uma vez no terreno, foi necessário fazer algumas modificações do desenho da nossa iniciativa. A começar pelo termo “jovem”, uma vez que a associação não respeitou o critério de idade na selecção dos

¹ Consultar: <https://www.kisskissbankbank.com/10-jeunes-10-micro-entrepreneurs>

beneficiários, que deviam ter tido entre 18 e 25 anos. Também foi decidido com SIVA-Togo que 100€ não era suficiente e era melhor entregar 100 000 francs CFA a cada beneficiário, ou seja 150€, para garantir um projeto mais viável. Assim, em vez de dez pessoas passámos a ter apenas seis: 6 pessoas, 6 microempreendedores.

I.2 Apresentação do terreno de investigação

I.2.a. O Togo

O Togo é um país da África Ocidental contando com 7 milhões de habitantes distribuídos numa superfície de 56 800 km. Declarado protectorado alemão em 1884, o Togo foi colocado pela Sociedade das Nações sob a protecção da França depois da primeira guerra mundial e ganhou a sua independência em 1960. O país é dirigido desde 2005 por Faure Gnassingbé Essozima, filho do presidente anterior, Gnassingbé Eyadema, que se manteve trinta e sete anos no poder.

O Togo beneficia de um clima tropical, alternando época de chuva e estação seca, e ritmando o trabalho agrícola ainda muito forte no país. De facto, o sector primário representa 42% do PIB¹ com dominância das culturas alimentares (milho, arroz, sorgo, inhame, mandioca, amendoim, soja). A taxa de desemprego é de 7%², mas não é relevante se considerarmos a economia informal que representa 37% do PIB³. Da mesma forma, nem toda a população está recenseada. Por exemplo, depois de iniciativas de sensibilização nas zonas rurais da Prefeitura de Zio⁴, a associação AISSSED registou 220 extractos de nascimento de crianças e adultos desde Novembro 2015, ou seja 220 pessoas que não existiam aos olhos do Estado⁵. Com um índice de desenvolvimento humano de 0,46⁶ e um pouco mais da metade da sua população vivendo abaixo do limiar da pobreza⁷, o Togo é um dos países os mais pobres

¹ Dados de 2014: <http://donnees.banquemondiale.org/indicateur/NV.AGR.TOTL.ZS> (acedido em 15/08/2015)

² Dados de 2014: <http://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SL.UEM.TOTL.ZS> (acedido em 18/09/2016)

³ Dados de 2001: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/services-aux-citoyens/preparer-son-expatriation/dossiers-pays-de-l-expatriation/togo/emploi-stage/> (acedido em 18/09/2016)

⁴ A prefeitura é uma subdivisão administrativa do Togo.

⁵ Consultar : <http://aissedtogo.wixsite.com/aissed> (acedido em 19/09/2016)

⁶ Dados de 2012: <http://www.tg.undp.org/content/togo/fr/home/countryinfo.html> (acedido em 18/09/2016)

⁷ Dados de 2015: <http://donnees.banquemondiale.org/pays/togo> (acedido em 15/08/2015)

do mundo. No entanto, apesar de sofrer uma ditadura familiar, a nação beneficia de um clima securitário estável.

Das nossas observações no terreno, constatámos que a educação primária e secundária sofre métodos antiquados e uma falta de meios: turmas com um professor para 50 alunos, poucas fotocópias, poucos livros, castigos físicos. Se 81,8%¹ das crianças frequentam a escola primária, apenas 51,7% sobrevivem ao último ano². Apesar do continente africano se ter tornado mais aberto ao mundo com as técnicas de comunicação, o sistema educativo é ainda uma herança da colonização promovendo um ensino em francês (mesmo quando esta não é a língua falada entre amigos e familiares). A educação académica não se adaptou à evolução da sociedade, à globalização, às particularidades culturais ou às oportunidades económicas. Relativamente às formações técnicas, elas são em geral administradas pela área profissional, tanto no sector formal como informal. Por exemplo, nos trabalhos manuais, existe o *apprentissage*: os jovens togoleses são colocados pela família sob a autoridade de um chefe que lhes ensina as competências da profissão durante um período geralmente de três anos. O governo também tenta apoiar as iniciativas de empreendedorismo dos jovens, como por exemplo com o *Fonds d'Appui aux Initiatives Économiques des Jeunes* (FAIEJ)³ programa apoiado pelo PNUD.

I.2.b. A estrutura organizacional que suporta o projeto

É neste contexto que a associação SIVA-Togo evolui. É uma organização togolesa que se define como um ator, promovendo o bem-estar das populações, através de projetos de luta contra a pobreza, de sensibilização e de tratamento do VIH, de protecção do ecossistema, de integração socioeconómica e de promoção da educação. Esta organização instalada em Tsévié, na Região Marítima do Togo, na Prefeitura de Zio, actua principalmente no cantão de Bolou⁴. Nesta zona do Togo a língua falada é o Éwé. A equipa recebe voluntários para participar nos *chantiers* que organiza durante o verão, nomeadamente nas zonas rurais (construção de latrinas, escolas...) ou para fazer estágios internacionais e deste modo

¹ Dados de 2011: <http://donnees.banquemondiale.org/pays/togo> (acedido em 15/08/2015)

² Dados de 2012: http://www.unicef.org/french/infobycountry/togo_statistics.html (acedido em 10/06/2016)

³ Consultar: <http://faiejtogo.org/presentation/> (acedido em 18/09/2016)

⁴ O Togo é dividido em cinco regiões. Cada uma é subdividida por prefeituras. O terceiro nível administrativo é o cantão que consiste em um reagrupamento de municipalidades.

favorecer a fusão das culturas¹. A associação foi criada em 2012 pela iniciativa de dois irmãos e de alguns amigos. Conta onze membros (uma mulher só), mas apenas três se mantiveram no quotidiano do programa de crédito solidário.

A atividade da associação no cantão de Bolou faz com que a comunidade conheça muito bem os membros da equipa e os respeitem. Por isso, foi um parceiro indispensável para o domínio do terreno de intervenção e para a relação com a comunidade aldeã. Desde a nossa partida, e num intervalo de quatro meses, três outros projetos foram implementados na aldeia de Bolou-Dzogbekope, onde ocorreu o nosso projeto: um dispensário, uma farmácia, latrinas secas. Foram iniciativas negociadas entre a associação, os voluntários e a comunidade.



Fig 2 e 3 : Sensibilização à água potável e o novo dispensário “Tata Regina”

SIVA-Togo é uma associação que já praticava o microcrédito. Aplica taxas de empréstimo, mas não exige a formação de grupo, o que seria comum nos programas de crédito solidário. De facto, tivemos testemunhas que se referem à formação de grupo como um factor desmotivante. Da mesma forma, não é frequente ter uma conta bancária². Os encargos mensais criam uma certa resistência e as pessoas preferem guardar o seu dinheiro em casa. Neste projeto SIVA-Togo experimentou um microcrédito solidário que não aplica taxas ou condições de reembolso.

¹ Consultar: <http://www.siva-togo.onlc.fr/0-Index.html>

² Dos seis beneficiários apenas dois tinham uma conta bancária.

I.2.c. A comunidade

O projeto decorreu no cantão de Bolou onde o $\frac{3}{4}$ da comunidade trabalha na agricultura. Existem 24 aldeias e os participantes são originários de quatro aldeias diferentes. Essas aldeias não têm electricidade ou água corrente. As habitações são em geral feitas de terra e colmo, ou de cimento com telhados de chapa. As crianças têm de percorrer um ou dois km a pé para chegar à escola.

Cada aldeia tem o seu Chefe que tem de administrar a sua população, colocada sob a autoridade do Chefe-cantão. Foi decidido pela associação que a equipa ia escolher três pessoas e o Chefe da aldeia de Bolou- Dzogbekope, onde ia organizar-se o workshop, seleccionaria os três restantes¹. Desde a nossa chegada no terreno, demo-nos conta que tínhamos de respeitar um certo protocolo relativamente à implementação do projeto: o circuito cultural e hierárquico para entrar em contacto com os futuros beneficiários do crédito. Obviamente, não se pode entrar nas aldeias sem avisar os Chefes da sua atenção. Não se pode ultrapassar a sua autoridade. Os Chefes são os guardas da tradição e da boa convivência dentro da comunidade. Por exemplo, se um agricultor é roubado, ele dirige-se ao Chefe da aldeia para fazer *gongonner*². Depois de três dias, se o ladrão não se apresentar, lança-se o mau-olhado para o culpado morrer. A comunidade também se responsabiliza pelos seus membros : os habitantes não recomendam alguém de quem não estejam certos sobre a sua seriedade.

Foi definido logo no início que todas as reuniões do projeto iam acontecer perto da casa do Chefe da aldeia. O Chefe de Bolou-Dzogbekope, cultivador de arroz, foi um elemento indispensável para orquestrar o projeto no terreno respeitando a tradição. Os membros da comunidade respeitam a sua sabedoria e o seu conhecimento sobre o trabalho agrícola. O primeiro encontro decorreu na sombra da parede de uma igreja com duas horas de atraso. Foi assim a nossa primeira confrontação com a temporalidade africana, que viríamos a vivenciar durante toda a duração do projeto, tanto com o grupo-alvo como com a associação. Da comunidade, estavam presentes os beneficiários do crédito, o Chefe e um colega seu, também

¹ Ver retratos dos participantes (anexo M)

² Fazer barulho na aldeia com um tipo de sino, o gongon, para chamar a atenção, especialmente do ladrão que deve restituir aquilo de que se apropriou.

cultivador de arroz. O intercâmbio organizou-se à volta da questão “Quais são os problemas que vocês encontram relativamente ao domínio do trabalho?”.

Como a maioria dos convidados ligava-se ao domínio da agricultura¹, os problemas identificados focaram-se na mesma área. Salientaram vários factores que impedem os cultivadores de aumentar os seus rendimentos:

- a falta de benefícios para investir no trabalho da terra (máquinas, mão de obra)
- o acesso difícil ao banco para um crédito por falta de fiador
- a falta de mecanização do trabalho agrícola
- a inexistência do empenhamento do Estado ao lado dos agricultores
- a falta de competitividade entre os preços dos produtos biológicos e os da agricultura intensiva
- uma falta de conhecimento dos processos de gestão
- a dificuldade em arranjar fertilizantes químicos na altura necessária

Esta situação é como um círculo vicioso. Os agricultores estão limitados aos mercados locais e não são incentivados a produzir produtos diferentes, por causa da falta de competição e de recepção de uma oferta variada. Devido à ausência de um bom trabalho da terra com mão-de-obra e máquinas, os rendimentos dos terrenos não são otimizados. Sem receitas substanciais, não podem investir e aumentar a superfície do terreno cultivado e, conseqüentemente, ganhar mais dinheiro. Assim, as suas condições de vida não melhoram. O objetivo para os participantes foi claro : queriam aumentar os rendimentos económicos da sua atividade profissional. Como disseram, queriam “*être à l’aise*”².

¹ Eram da área agrícola: o Chefe, um outro cultivador da aldeia, e quatro beneficiários, em seis nesta altura. A futura substituição de um participante ia passar para cinco o número de atividades profissionais relativas ao domínio agrícola, financiadas pelo microcrédito.

² Estar confortável ao nível material.



Fig. 4 e 5 : Canal e cultivador de arroz

Quando eles abordaram as dificuldades para comprar fertilizantes, a questão da agricultura biológica foi levantada pelo Chefe da aldeia e o seu colega. Os dois priorizaram a necessidade de preservar o ecossistema para as gerações futuras. No entanto, a agricultura biológica não encontra mercado no Togo e o preço de venda é o mesmo que para produtos resultantes de uma agricultura intensiva. Também se nota que os fertilizantes biológicos não permitem um rendimento tão favorável como os químicos. A realidade económica incentiva os cultivadores a favorecer a produtividade e não a natureza. No entanto, durante a conversa, os beneficiários comprometeram-se a tentar a agricultura biológica¹. Em contrapartida, SIVA-Togo foi e continua à procura de novos mercados, parceiros e financiamentos nesta área. Para conseguir este projeto de agricultura biológica, o problema da mecanização também tem de ser resolvido, para uma melhor eficiência do trabalho da terra. Temos de salientar que o cantão de Bolou beneficia de um canal que foi construído em 1978 por uma empresa chinesa. Isso foi e é um factor muito favorável para a agricultura. O projeto desejado a longo termo para a aldeia e SIVA-Togo seria tornar o cantão de Bolou como uma zona piloto para a agricultura biológica do arroz.

¹ No início, aceitaram consagrar um quarto do seu terreno. Mas, mais tarde no desenrolar do projeto, depois da intervenção de um perito, alterámos o acordo: uma mistura de fertilizantes químicos e bioquímicos, para gradualmente chegar a uma utilização exclusiva de fertilizantes respeitadores do ambiente nos próximos anos.



Fig. 6: Primeira “foto de família” com os participantes do projeto, os membros da comunidade e a equipa SIVA-Togo

Capítulo II. Uma perspectiva de investigação-ação

II. 1. Os nossos objetivos científicos

Depois de ter diagnosticado a situação e definir os objetivos do projeto¹ com os *stakeholders* presentes no primeiro encontro, construímos um plano de ação² respeitando as necessidades levantadas pelo grupo e as condições logísticas (deslocações até a aldeia, disponibilidades dos participantes, orçamento). A formação durou cinco semanas e teve como objetivo a identificação das oportunidades, a formulação do projeto profissional de cada participante e a preparação do seu lançamento. Foi primordial e legítimo dar espaço a língua local, o Éwé, para deixar o grupo-alvo à vontade. Durante este primeiro mês, a equipa de SIVA-Togo esteve presente na aldeia duas vezes por semana e convidou dois peritos para melhorar as competências dos participantes em gestão e em agricultura biológica. O mês a seguir, depois da entrega do crédito, a associação acompanhou os participantes na implementação do negócio.

¹ Ver anexo A e B

² Ver anexo E

O nosso interesse primordial foi autonomizar os atores do projeto e respeitar a sua liderança combinando os interesses de cada um: os doadores, a gestora de projeto, a associação local, os membros da sociedade civil envolvidos no programa e os beneficiários do crédito. Relativamente à liderança, tomámos cuidado para que o projeto fosse independente a nível financeiro e que as doações vindas da sociedade civil não fossem penosas. Sabíamos que o mais difícil de negociar viria da confrontação cultural e da diferença de abordagens entre prática e teoria.

O nosso projeto baseou-se principalmente sobre uma metodologia participativa e sobre o *empowerment* através da autonomia financeira e a formação, definindo assim a nossa estratégia:

- (1) Estratégia de capacitação dos participantes através do intercâmbio de competências e experiências.
- (2) Estratégia de responsabilização dos participantes no reembolso do crédito solidário através do sentimento de pertença e solidariedade à comunidade

A medida da eficácia do *empowerment* está em geral relacionada com a avaliação dos resultados. Por exemplo, para a análise de género, o PNUD criou o *Gender Empowerment Measure* tomando em conta o rendimento das mulheres ou o seu papel aos níveis de poderes económicos e políticos elevados. O Banco Mundial considera indicadores como acesso à água, taxa de alfabetização ou escolarização. Mas o acesso aos recursos não pode ser a única medida porque não revela o processo de capacitação. Definimos com os beneficiários (colectivamente e individualmente) os indicadores de avaliação que para eles iam traduzir o sucesso do projeto. Mas será principalmente na reiteração do workshop de crédito solidário ou no decorrer de outros projetos influenciados por este, que poderemos identificar um aumento da capacidade de ação dos participantes e da comunidade. Obviamente, não é com um projeto isolado de dois meses a uma escala micro que iremos observar uma transformação social, como se espera de um processo de *empowerment* sucedido. Mas a ideia de sistema permite pressupor que a repetição de projetos semelhantes num mesmo território pode encorajar os beneficiários a criar outras iniciativas. Como explica Bernard Pecqueur, o desenvolvimento local é “*la conséquence d’une combinaison favorable de projets individuels qui se rencontrent partiellement sur des intérêts communs*” (Pecqueur, 2000: 40).

O nosso projeto respondia a uma outra exigência científica: **analisar as condições favoráveis a este tipo de programa de desenvolvimento**. As ciências humanas oferecem uma série de ferramentas que permitem analisar o que acontece à volta dos próprios resultados esperados pelo projeto. De facto, a investigação-ação é uma metodologia necessária para analisar as práticas educativas e culturais (Maurel, 2010: 78). Através das observações, entrevistas e questionários, verificámos como alguns parâmetros culturais influenciaram o projeto e a capacitação dos beneficiários. Uma abordagem reivindicando uma investigação-ação interessa-se principalmente pelo processo de mudança social operado pelos participantes. Isabel Guerra descreve como esta metodologia :

movimenta três “pólos” : o da **acção**, que tem como objectivo atingir a mudança social num contexto concreto; o da **investigação**, centrado na procura das dinâmicas actuais e nas intencionalidades dos actores; e o da **formação**, que é inerente ao próprio processo de conhecimento e acção, mobilizando as capacidades cognitivas e relacionais dos actores em função de objectivos específicos (Guerra, 2000 : 56-57).

Assim, no nosso projeto, escolhemos favorecer a aquisição de poderes indispensáveis para, no futuro, alcançar uma transformação social:

- (1) um **empowerment social**, através da educação popular e do crédito solidário, que pode beneficiar toda a comunidade
- (2) um **empowerment psicológico**, através de uma identidade profissional e da valorização dos conhecimentos
- (3) as premissas de um **empowerment político** através dos efeitos das duas dimensões anteriores, da partilha de um espaço de palavra e do decorrer de um conjunto de projetos sustentáveis para a comunidade.



Fig.7: Um participante apresenta a análise SWOT dos cultivadores (ver anexo G)

Quadro 2.1: Tabela de análise de investigação

Objetivo específico	Conceitos relevantes para o objetivo específico	Dimensões de análise de cada conceito	Indicadores para análise de cada dimensão	Fontes de recolha da informação relativa aos indicadores
Favorecer um melhor rendimento económico para os membros das comunidades rurais	<i>Empowerment social</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação financeira - Aquisição e partilha de conhecimentos - Bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento fiel do orçamento - Ganhos económicos - Utilização do resultado - Sentimento de que a formação tenha sido útil - Contabilidade - Gestão do resultado - Uso do fertilizante biológico - Rendimentos - Indicadores definidos pessoalmente com os participantes - Natureza das despesas pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários de avaliação (anexo J) - Entrevistas (anexo H) - Ficha de acompanhamento da atividade profissional (anexo L) - Ficha microcrédito (anexo K)
	<i>Empowerment psicológico</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da sua identidade - Bem-estar - Sentimento de pertença 	<ul style="list-style-type: none"> - Afirmação de valores e aspirações - Indicadores definidos pessoalmente com os beneficiários - Comportamento durante a formação - Satisfação pessoal por ter participado ao workshop 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários de avaliação (anexo J) - Entrevistas (anexo H) - Observações
	<i>Empowerment político</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação - Consciência colectiva - Solidariedade espacial 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento na continuação do projeto - Uso de fertilizantes - Reembolso do crédito - Motivações para o reembolso 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários de avaliação (anexo J) - Movimentos financeiros (SIVA-TOGO)

II. 2. Análise do papel dos participantes no projeto¹

Os participantes eram todos de uma família de agricultores e tinham uma escolaridade entre o *CEI* e a *Terminale*². Como a maioria era cultivadora, os beneficiários usaram o crédito para o trabalho imediato da terra: herbicidas, fertilizantes, insecticidas, mão-de-obra para aparar a erva e lavrar a terra. Três cultivaram o arroz, um o milho e um outro decidiu começar a horticultura. No início, dois cultivadores de arroz tinham pensado em juntar o seu crédito para comprar uma máquina para bater o arroz. Mas após algumas pesquisas concluíram que teriam muitas dificuldades em adquirir esta ferramenta, desde as deslocções até o norte do país para ir buscar a máquina, até à logística com os prazos de aquisição. Eles necessitavam investir na terra de imediato. Uma vez que chegámos com o projeto numa altura em que eles estavam a começar a preparar o terreno para a cultura, foi-nos recomendado, durante a avaliação, que, para o próximo ano, o projeto acontecesse mais cedo. A última participante era padeira e construiu um forno no terreno da sua nova casa alugada depois de se separar do marido.

Observámos que dois dos beneficiários não atingiram o rendimento de produção esperado com a apanha (8 e 9 sacos de arroz em vez de 10). As inundações foram um elemento indesejável com que tiveram de lidar. A terceira produtora de arroz andou atrasada com a sua colheita. Ela contou ter também encontrado problemas com as inundações mas conseguiu um rendimento melhor que o esperado. O cultivador de milho ficou muito satisfeito com a sua apanha. O nosso horticultor teve uma boa primeira colheita mas teve que desistir durante a estação das chuvas, entrou no comércio de carpetes e deixou a aldeia por alguns meses. Ele queria começar a cultura de arroz a partir do mês de Novembro. Quanto à nossa padeira, ela encontrou muitas dificuldades no início. Não calculou bem o custo de construção do forno e o microcrédito não podia absorver as despesas relativas as matérias primeiras. Teve de completar com um outro crédito bancário e um empréstimo do seu pai. A sua atividade funcionou tão bem que em cinco meses conseguiu reembolsar este dinheiro e ajudar a sua mãe.

¹ Ver anexo F

² Equivalente do 2º ano e do 12º ano.



Fig. 8 e 9 : os projetos profissionais dos participantes (horta e forno a pão)

Relativamente ao **empowerment social**, os participantes respeitaram o orçamento previsto à validação do projeto (à exceção da padeira como foi explicado no parágrafo anterior). Não encontraram grandes dificuldades e tiveram ganhos económicos. Os participantes exprimiram alguns desejos, nomeadamente, comprar casa, moto e terreno, mas difíceis de realizar após alguns meses. Eles optaram por coisas mais minimalistas que refletiam também uma melhoria das condições de vida. Por exemplo, uma queria ser mais elegante e ter roupa bonita, comprou tangas. Outra queria ter menos preocupações financeiras para bem dormir, conseguiu poupar o suficiente para a próxima colheita. Outros usaram o resultado da atividade para a renda, despesas de saúde, de educação, compras para a casa (rádio, luzes solares) ou para despesas pessoais (telemóvel, tangas, malas). No entanto o resultado foi também reservado a investimentos na atividade e poupanças.

Unânimemente os participantes declararam ter usufruído do workshop e exprimiram particularmente o seu contentamento acerca da formação em contabilidade. No entanto, é difícil saber como os conselhos do perito foram usados no quotidiano. Os membros do grupo-alvo tinham de preencher regularmente uma ficha de acompanhamento da atividade onde tinham de anotar as receitas e despesas mensais. Ninguém o fez mas foram todos capazes de mencionar oralmente esses movimentos financeiros durante a avaliação final do projeto. Para além disso, nas fichas de acompanhamento, não é sempre fácil perceber as fronteiras entre a economia doméstica e a atividade profissional enquanto o uso do resultado.



Fig. 10 : A formação “contabilidade”, a decorrer ao lado da casa do Chefe.

Na avaliação in-curso, os beneficiários declararam-se confiantes relativamente ao reembolso do primeiro crédito no mês de Setembro. Reafirmaram este sentimento com a avaliação final do workshop e do projeto. Na data prevista, cinco reembolsaram. A cultivadora de arroz que andava atrasada reembolsou ao final do mês.

Ao nível do **empowerment psicológico**, interessamo-nos pelo bem-estar, pela valorização da identidade do indivíduo e pelo sentimento de pertença ao grupo. Durante um mês de encontros semanais, não observámos diferenças no comportamento dos indivíduos, excepto talvez, numa mulher que se tornou muito mais participativa. Mas analisámos esta alteração enquanto uma evolução positiva da sua timidez à língua francesa. Os restantes mantiveram o seu grau de participação, uns mais participativos e outros mais discretos.

Uma das participantes apresentou um perfil interessante neste sentido. Ela entrou no programa mais tarde ao vir substituir uma rapariga ausente nos dois primeiros encontros (esta rapariga foi substituída uma vez que nunca nos foi apresentada uma razão válida para a sua ausência). A nova participante foi recomendada pelos pais da padeira. Reunimo-nos com o Chefe da sua aldeia para conhecer o interesse dela em juntar-se a nós. Ela era uma mulher muito tímida, solteira, características estas consideradas estranhas para uma mulher quase de trinta anos de idade. A comunidade gostava de gozar com ela sobre este assunto. Ela tinha dificuldade em olhar às pessoas nos olhos e adoptava uma posição submissa, com a cabeça

voltada para o chão quando alguém falava com ela. Teríamos gostado que o workshop a tivesse ajudado a se afirmar. Mas a curta duração do projeto não promoveu esse tipo de resultado. No entanto, ela teve momentos de relaxamento, deixando escapar grandes gargalhadas durante os encontros. Como entrou mais tarde no programa, ela beneficiou da ajuda de nossa padeira que lhe explicou o que é que tínhamos feito nas sessões anteriores.

Quando falámos com os participantes sobre as mudanças esperadas com o projeto, falaram de respeito e de vida digna, da possibilidade de ser « alguém » daqui alguns anos com um certo conforto material. Foram quase todos capazes de exprimir o sonho deles: ter um negócio e ganhar dinheiro, viajar, mandar as suas crianças à escola. Contudo, quando pedimos o que é que gostavam fazer fora do trabalho, os lazes deles, a maioria disse não ter, apenas gostavam de descansar em frente à televisão. Houve só um participante que referiu praticar futebol, a única atividade física que está desenvolvida na vida quotidiana da aldeia com treinos regulares e jogos contra outras equipas do cantão. Foi difícil também para eles descreverem-se e falar da sua personalidade. Percebemos que colocar questões relativas à intimidade e à introspecção não é comum. Vários disseram aspirar a poder ajudar os outros. O projeto oferece-lhes esta possibilidade com o reembolso do microcrédito que ia a seguir beneficiar outros membros da comunidade.

Como já explicámos o **empowerment político** resulta do empowerment psicológico e social mas não depende apenas dos indivíduos ou de uma comunidade. É um processo lento que acompanha uma transformação social, uma partilha democrática do poder entre os diferentes actores de um território, implicando a actuação do Estado. Todavia, tudo começa ao nível local e os indivíduos devem acreditar que podem influenciar a sua realidade. Os membros do grupo mostraram-se dispostos a dar conselhos ou explicações aos colegas. Conseguimos constatar uma certa solidariedade e coesão de grupo, mesmo que não tenhamos observado um sentimento de pertença, como às vezes acontece numa turma, mesmo que seja numa formação de curta duração. Globalmente os participantes disseram ter gostado de estar em grupo porque os ajudou a desenvolver o projeto e não estar sozinho com os seus problemas. Encontraram soluções juntos. Por exemplo, quando reflectiram sobre o que é que se podia fazer relativamente a um terreno alugado para proteger os seus investimentos, decidiram que deviam escrever um contrato com o proprietário e atestá-lo junto do Chefe da aldeia. Trocaram ideias também sobre os problemas climáticos e como se deveria gerir a água ao nível da comunidade e do canal.

Todos os participantes disseram querer participar numa próxima edição do projeto, dar conselhos, testemunhar sobre a sua experiência e partilhar os seus conhecimentos. Isto foi claramente condicionado pelo reembolso total do empréstimo. Sabíamos que estavam motivados pelo facto de ajudar os outros. Foi-nos possível observar o papel coercitivo da comunidade assim como o papel primordial dos Chefes na maneira de tratar as questões da vida quotidiana.

Capítulo III. A viabilidade e a sustentabilidade do projeto

III.1 A avaliação do projeto

No início do projeto foi um desafio ter que adaptar a logística ao ritmo e exigências da vida local. Observámos uma certa incompatibilidade na aplicação de um método ocidental com a realidade no terreno devido à escassez de meios e à relação ao escrito. Os encontros aconteciam no ar livre com um quadro atado a uma árvore. Percebemos logo à nossa chegada que deveríamos ser sensíveis para não ostentar demasiada formalidade durante as sessões que pudesse distanciar os participantes. Não queríamos reproduzir os efeitos da educação tradicional dos quais estávamos tentar fugir. Por isso escolhemos apenas ferramentas visuais para apoiar a reflexão sem impor um rigor académico. Ao nível linguístico, mesmo sendo o Francês a língua oficial, o Éwé é a língua étnica mais usada nesta parte do Togo. Por consequência, era normal o uso de ambas as línguas durante as reuniões, resultando numa perda de informação cada vez que os participantes usavam o Éwé entre si. Perdeu-se bastante nas observações das sessões e nas informações partilhadas durante as entrevistas. Às vezes, os participantes tinham vergonha em exprimir-se em francês e não estavam acostumados com o sotaque europeu. Para quem não dominava o francês, havia a possibilidade de ter um membro da associação como intermediário. Mesmo assim, perdia-se a autenticidade e a espontaneidade nas traduções.

A seleção dos participantes foi um processo que encontrou várias dificuldades, como por exemplo a idade, como já mencionámos, mas não só. Dos pré-seleccionados pela associação, dois não viviam na zona da aldeia (um desistiu e foi substituído por um jovem da comunidade ; o cultivador de milho vive num outro cantão mas cresceu em Bolou). Tivemos

duas renúncias que implicaram uma expedição à procura de novos candidatos. Esta expedição foi muito informativa para perceber o protocolo de entrada nas aldeias¹. Também não sabíamos quem o Chefe tinha convidado para assistir aos encontros. Em resumo, não tínhamos acesso a tudo o que acontecia à volta do projeto. Tentámos explicar à associação a importância de alguns critérios para um trabalho universitário. A equipa percebeu o nosso ponto de vista mas haviam situações que não podiam ser alteradas. Os questionários preenchidos pela SIVA-Togo careciam de precisão para uma exploração científica. Faltou ao gestor de projeto o conhecimento do terreno e da comunidade, e faltou à associação o entendimento dos benefícios de uma abordagem metodológica. Uma melhor pré-organização destes fatores teria otimizado o processo de investigação. No entanto, duas vantagens permitiram minimizar as consequências: (1) a dedicação dos membros da associação para acompanhar o projeto (2) a nossa capacidade em adaptar a metodologia aos acontecimentos sem querer impor a nossa maneira de fazer.



Fig. 11: Almoço na casa do Chefe da aldeia



Fig. 12 : Workshop



Fig. 13: Membro de SIVA-Togo, a moto é o meio de transporte o mais utilizado

Quadro 2.2 : Grelha analítica para avaliação do projeto

Critérios de Avaliação	Questões orientadoras	Indicadores objectivamente Verificáveis	Métodos e meios de Verificação	Observações
Adequabilidade	O projeto adequa-se ao contexto?	- Satisfação dos participantes - Respeito do plano de ação - Respeito do orçamento	- Questionários - Cronograma - Orçamento/ Despesas	O desenrolar do projeto não encontrou grandes obstáculos. Os participantes, o Chefe da Aldeia e a associação parceira referenciaram satisfação e esperam a continuação do projeto na aldeia.
Pertinência	O projeto responde às necessidades prioritárias para o grupo?	- Objetivos definidos pelo grupo-alvo	- Árvore de problemas - Indicadores definidos pelos beneficiários	Os participantes queriam sobretudo aumentar os seus rendimentos. A curta duração do projeto não permitiu concretizar esse aumento, mas possibilitou poupanças para o investimento na atividade profissional e compras pessoais.
Equidade	O projeto respeita uma equidade horizontal?	- Igualdade do género - Participação de todos os atores	- Selecção dos participantes - Respeito das opiniões de cada um/ negociações	O projeto incluiu três mulheres e três homens participantes. Cada ator tinha o espaço para se exprimir, nenhuma ideia foi reprovada e nenhuma condição foi imposta.
Eficácia	Os objetivos foram atingidos respeitando as acções previstas (ver plano de ação)?	- Meios utilizados - Ganhos económicos - Indicadores definidos com o grupo-alvo	- Plano de ação - Ficha de acompanhamento - Questionários	O projeto respeitou as acções programadas de acordo com o orçamento. Os objetivos definidos pelos beneficiários foram parcialmente atingidos. A produtividade não melhorou para todos mas certas necessidades foram satisfeitas.
Eficiência	Os recursos utilizados permitiram otimizar os resultados obtidos?	- Recursos utilizados - Respeito do plano de ação - Presença e participação dos participantes no workshop - Indicadores definidos pelo grupo-alvo	- Tabela das despesas - Plano de ação - Observações - Questionários	Os recursos utilizados foram minimalistas, tanto para o microcrédito (150€ por pessoa) como para a organização das atividades. No entanto o projeto sofreu ausências e falta de rigor. O grupo-alvo teria podido ser atingido de uma melhor forma e ter sido mais ativo.
Sustentabilidade	O projeto tem os elementos necessários para continuar e acrescentar no futuro?	- Reembolso do crédito - Possibilidade de acrescentar os fundos de microcrédito - Motivação dos atores a participar numa segunda edição	- Movimentos financeiros - Parcerias da associação - Orçamento da associação - Questionários	Mesmo que o projeto apresente resultados positivos relativamente à possibilidade de reembolsar o empréstimo, achamos que este fundo financeiro é demasiado reduzido para durar e ter um impacto visível nas condições socioeconómicas dos habitantes da aldeia.

Podemos dizer que **atingimos parcialmente o objetivo do projeto no que diz respeito aos participantes terem ganhos económicos**. Nem todos chegaram aos rendimentos desejados em termos de produção, mas conseguiram ter um capital, poupar ou investir na atividade, assim como, comprar algumas coisas para a casa, como já ilustramos no capítulo anterior. Neste sentido, podemos dizer que o microcrédito ajudou os participantes a aliviarem-se de uma frustração que tinham até então. Porém que garantia existe que esses ganhos económicos se mantenham?

O projeto falhou sobretudo na sua **eficiência**. Os recursos utilizados não foram aproveitados como esperados. Por exemplo, lamentamos a ausência dos participantes nalgumas sessões. Estivemos presentes todas terças e quintas-feiras durante um mês. Por norma, organizávamos as sessões formativas nas terças e nas quintas compensávamos as ausências. Obrigámos os participantes a responsabilizarem-se a estar presentes pelo menos um dia por semana. Podíamos perceber que eles tinham imprevistos e não queríamos entrar em conflito com o ritmo da vida da aldeia. O trabalho do campo implicava muitas vezes ter que ficar a caçar os pássaros. Se pelo menos o participante mostrasse interesse, não prejudicaríamos só por ter outras obrigações. Deploramos especialmente a ausência de três participantes cultivadores no dia da formação sobre a agricultura biológica¹. Teria sido uma oportunidade para eles aproveitarem a experiência de profissionais já convertidos à protecção do ambiente. Apenas dois dos beneficiários do crédito concordaram com a mistura dos fertilizantes bioquímicos. Esses dois cultivadores estiveram presentes à reunião e demonstraram ter bons rendimentos. Os benefícios deviam ser mais imediatos e palpáveis para todos respeitarem o compromisso.

Acreditamos que a ocorrência do projeto dentro da aldeia de uma maneira regular dinamizou a vida quotidiana. O projeto proporcionou conversas e promoveu o envolvimento de outros membros da comunidade não diretamente ligados com o projeto. Durante o workshop, sentimos uma solidariedade colectiva. Mas supomos que a falta de assiduidade originou lacunas de informação e **prejudicou o desenvolvimento de um sentimento de pertença no grupo e de auto-ajuda, ou seja o empowerment comunitário**. Aliado ao facto

¹ Convidámos um senhor togoles que tornou a sua quinta familiar numa quinta biológica chamada «Gaplong». Ainda trabalha em pequena escala mas desenvolve métodos para garantir o respeito do ambiente. Ele veio partilhar os seus conhecimentos com os habitantes da aldeia. Neste dia, três cultivadores da comunidade foram convidados pelo Chefe da aldeia.

do projeto ter durado pouco tempo, os participantes não se terem empenhado mais na formação e na investigação de soluções mais sustentáveis para a comunidade. Não ajudou à sustentabilidade do projeto.

A medida do empowerment também é condicionada pela definição dos indicadores. Neste caso, os indicadores de bem-estar foram decididos em conjunto com os participantes: acesso a água, educação, saúde e melhoramento da casa. Isso demonstra que os participantes têm naturalmente uma visão integrada do seu desenvolvimento. No entanto, do ponto de vista psicológico, não conseguimos ter acesso às representações dos participantes. Uma vez que a língua constituía um fator de inibição para alguns participantes, não favorecia uma expressão individual fiel do foro psicológico. Para além disso, o projeto seguiu uma abordagem coletiva e realizada ao ar livre, proporcionando um ambiente descontraído e evitando o isolamento. As curtas entrevistas que realizámos no início do projeto integraram apenas os laçeres e as aspirações como indicadores de bem-estar. Não quisemos colocar a questão « Sentem-se felizes? » para não expor as respostas dos indivíduos em frente ao resto do grupo.

Das nossas observações e conversas fora do projeto, constatámos que as pessoas não entravam numa análise muito profunda dos problemas, como se o principal fosse sobreviver. Em frente de um problema a frase de apoio era sempre a mesma “ça va aller”¹. A configuração do projeto não permitiu integrar esta abordagem mais psicológica do bem-estar sem ser intrusivo. Como Sara White o explica através de um estudo comparativo das ferramentas de avaliação do bem-estar, “*wellbeing is defined and experienced changes over time*” e é dependente de como o “*environment provides the enabling conditions [to the wellbeing]*” (White, 2009 : 11). Assim não conseguimos ter acesso aos desejos mais íntimos dos participantes e às condições que os impedem de serem mais felizes.



Fig.14, 15 e 16: Entrevistas

¹ “Vais ficar bem”

III.2 Quais são os factores favoráveis a um programa de crédito solidário numa zona rural no Togo?

A associação prima por ter conseguido desenvolver o voluntariado. É sua principal fonte de recursos. Os voluntariados dos países do Norte vêm com competências, ideias, contactos e dinheiro. A construção de uma rede para agir face às diferentes questões e problemáticas que se podem encontrar é primordial. A solidariedade de organizações do Norte, tanto como a boa vontade de vários indivíduos no Togo que se comprometem no desenvolvimento do seu país, constituem-se apoios preciosos para a SIVA-Togo e o futuro do projeto. Por exemplo, o recente parceiro que a associação fez com a quinta biológica *Gaplong* foi de uma grande utilidade quando tivemos de organizar uma sessão de sensibilização.

No entanto, observámos que a concorrência entre as diferentes organizações que atuam à volta da cidade de Tsévié é severa. Existe muito pouca comunicação entre as associações porque o voluntariado acaba por ser um meio de fazer dinheiro. Também a ausência do Estado e a dificuldade para o povo fazer entender as suas dificuldades é um travão ao desenvolvimento das atividades económicas. A ausência de democracia participativa sente-se na organização da vida social, nomeadamente com o estatuto da mulher. A associação tem de tomar cuidado com o posicionamento que ela adopta num projeto, relativamente à reprodução de normas sociais contrárias ao desenvolvimento humano. Ao nível logístico, o projeto sofreu e continuará a sofrer o clima que pode afetar tanto as atividades económicas dos empreendedores como o desenrolar do workshop. Uma grande chuva podia imobilizar-nos e obrigar-nos a cancelar um encontro. A qualidade da conexão internet e do material informático constituiu também um obstáculo a uma pesquisa mais eficaz das informações e dos parceiros.

O projeto suportou também as consequências de uma falta de rigor da parte da associação e dos participantes. Por exemplo, o não respeito dos horários acabou para tornar certas sessões mais pesadas. Para a próxima edição, a associação tem de ter cuidado com a planificação do workshop de modo a realizar a formação no tempo previsto. Mas um dos riscos mais a ter em conta é a falta de dinheiro: 1000€ para apenas seis pessoas. É importante manter este montante para não enfraquecer o grupo.

Por isso, a associação pode contar com o seu dinamismo e o seu conhecimento do terreno. Conseguiu desenvolver uma boa relação com os Chefes das aldeias e os habitantes. A pressão exercida pela comunidade permite garantir uma certa coesão social através da aplicação das suas próprias regras e códigos culturais. Supomos que a desonra de não reembolsar o empréstimo à associação, ainda por cima que atua com vários projetos na comunidade, é suficiente para incentivar os participantes. Para além disso, a vontade de ajudar os seus colegas e de valorizar assim a sua identidade social constitui uma outra motivação para favorecer o sucesso do projeto.

Quadro 2.3 : Analise SWOT do projeto

<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O dinamismo da equipa - As boas relações existentes com a comunidade aldeã - A sabedoria do Chefe da aldeia de Bolou-Dzogbekope - O conhecimento dos recursos endógenos tanto da parte da comunidade como da associação - A comunidade (a pressão, as recomendações, a protecção da coesão social) - A solidariedade espacial (vontade de ajudar os outros) 	<p>Fraquezas :</p> <ul style="list-style-type: none"> - A falta de rigor (horário, critérios de selecção, colheita de dados) - A falta de conhecimentos da associação sobre metodologia de projeto e investigação - A falta de dinheiro para financiar os projetos de microcrédito (mais projetos ou um montante mais consequente por cada beneficiário) - A falta de sensibilização da associação para as questões de igualdade de género
<p>Oportunidades :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os outros projetos desenvolvidos pela associação e os seus voluntários - A vontade de indivíduos e organizações de desenvolver o país - A construção de uma rede de parceiros - As apresentações de projetos (angariação de fundos) 	<p>Ameaças :</p> <ul style="list-style-type: none"> - A má cooperação entre as associações (inveja) - O clima (a seca, as inundações) - Os obstáculos tecnológicos para a pesquisa de informações ou parceiros exteriores (internet baixo-debito, material informático custoso) - Um mercado agrícola não flexível, com poucas oportunidades - A ausência do Estado para apoiar a área agrícola - A tradição (as normas sociais)

III.3 A transmissão do projeto à associação local

Como já dissemos, o dinamismo e o conhecimento do terreno da Siva-Togo foi uma mais-valia para o projeto. De facto, para respeitar os princípios da educação popular e a metodologia participativa, tínhamos de integrar a associação local no processo formativo e garantir que os encontros não se tornassem apenas aulas tradicionais. Por isso, à medida que avançámos com o workshop, deixámos a associação apropriar-se das animação das reuniões. Explicámos à equipa que seria benéfico deixar os participantes falar e decidir sozinhos como melhorar a situação. Mesmo tendo ela o direito de dar conselhos e partilhar o seu ponto de vista, não devia empurrar a reflexão num sentido que lhe agradasse mais. Os membros não tinham o hábito deste tipo de encontros e disseram ter aprendido mais sobre o acompanhamento que se podia oferecer a beneficiários de microcrédito.

O reembolso começou em 1 de Setembro 2016 com um valor de 15 000 Frs CFA, cada mês o mesmo montante deverá ser entregue a associação até Março 2017. Uma vez terminado o reembolso total de cada projeto profissional, seis outros participantes poderão ser seleccionados e formados para abrir ou perenizar novos negócios. A equipa reconhece a utilidade do projeto para autonomizar os membros da comunidade mas tem medo de ter candidatos com pouca consciência e que os fundos fiquem desta forma afectados. A associação irá procurar também um apoio financeiro que ajudará a suportar a logística (deslocações, comunicações): mesmo que o custo tenha sido mínimo nesta edição, este valor representou apesar de tudo uma carga para a associação. Dever-se-ia considerar uma taxa de reembolso no futuro. A equipa espera também que a gestora de projeto continue a comprometer-se ao lado da associação com esta iniciativa e outras que possam surgir.

A longo prazo, a associação SIVA-Togo procura desenvolver o crédito solidário e se for possível tornar-se uma agência de microfinanciamento. A equipa apoia iniciativas da comunidade e compromete-se na concretização de ideais favoráveis para um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Siva-Togo quer ajudar os cultivadores a empenhar a sua atividade e esta sempre atenta às suas necessidades. Os participantes pretendem atingir certos objetivos para a comunidade como ter um moinho, um cultivador e um triciclo motorizados, máquinas para bater o arroz, uma quinta e a criação de animais. A associação investe tempo na procura de novos mercados e parceiros para incentivar a comunidade à agricultura biológica. Relativamente ao não respeito da utilização do fertilizante bioquímico, a associação explica a

situação por as mesmas razões que deixaram os cultivadores reticentes antes do projeto: o medo de não fazer uma colheita tão rica como com o fertilizante químico. Apenas uma oportunidade económica real poderá influenciar positivamente o comportamento dos cultivadores neste sentido.

Quadro 2.4 : Grelha de análise de riscos

Prioridade 2: - A falta de rigor na organização do workshop	Prioridade 1: - A diminuição do fundo de microcrédito
A negligenciar: - A má vontade dos participantes	Prioridade 3 : - A saturação dos mercados - Os riscos climáticos que podem enfraquecer os rendimentos económicos dos beneficiários, especialmente na área agrícola.

O montante de 1000€ beneficia só seis habitantes da aldeia. É importante para a associação tentar conseguir mais financiamentos depois a avaliação da primeira edição para dinamizar o grupo. Permitirá aumentar a capacitação da aldeia, tanto ao nível económico (pelo crédito solidário) como social (pela organização da formação). Ter mais participantes permitirá também passar de projetos individuais a projetos coletivos para ter um montante mais significativo a investir. Dará a possibilidade de organizar-se face aos problemas que a comunidade profissional se poderá deparar. Para além disso, os projetos implementados por SIVA-Togo podem ter uma influência sobre as iniciativas escolhidas pelos membros da comunidade.

No entanto, a associação deverá proceder com rigor. Deverá esforçar-se para seguir o seu plano de ação e pedir aos participantes o mesmo investimento que foi exigido na primeira edição através dos questionários e das fichas preenchidas. Será muito importante valorizar as sessões plenárias e o intercâmbio entre os membros da comunidade. A equipa deverá ter cuidado para não invadir o espaço de palavra dos participantes e deixar a comunidade apropriar-se do workshop com a presença dos anteriores beneficiários do crédito solidário. Observámos também que foi a associação e a comunidade que escolheram os participantes. Mesmo que a motivação e a seriedade da pessoa tenham sido bons critérios de selecção, até onde sabemos se a escolha não terá favorecido afinidades em vez das carências mais importantes. A maioria dos participantes trabalhava sobre terras familiares. Possuir já é uma

riqueza (Yunus, 1997 : 106-111). A equipa tem de ter cuidado na sua selecção e adoptar por isso uma neutralidade que apenas uma abordagem científica pode garantir.

Isso implica o acompanhamento da associação, a sua presença no terreno, também para recordar aos participantes o seu compromisso. De facto, esperamos mais da pressão da comunidade para assegurar o reembolso do que da honestidade dos participantes. A continuação do programa de crédito solidário é totalmente condicionada pelo reembolso de todos os participantes. Facilmente é posta em causa dada a falta de um só pagamento. Os obstáculos que os participantes podem encontrar são vários: o clima, a doença, um roubo, uma diminuição da procura. Por isso, a associação deverá ficar alerta para qualquer atividade proposta para os futuros beneficiários, vigiar a saturação dos mercados e as oportunidades a desenvolver de acordo com a comunidade.



Fig.17 e 18: Acompanhamento dos participantes pela associação SIVA-Togo

III.4 Os impactos do projeto

Um workshop de dois meses não foi suficiente para constatar impactos no terreno e permitir conclusões sobre o empowerment dos nossos participantes. Apenas a repetição do projeto poderá trazer essas informações. No entanto, queremos apresentar algumas reflexões.

Relativamente à capacitação económica, os nossos meios não iam resolver a pobreza nesta aldeia. A continuidade do programa continuará a ser um problema devido à falta de recursos financeiros. A vontade de ajudar outras pessoas e o sucesso da atividade profissional dão motivação para o reembolso do crédito, mas não garante que seja suficiente para o workshop permanecer. Para além disso, o **impacto económico** não parece ser consequente no

futuro, a continuar com o financiamento individual de trabalhos agrícolas. Apenas a atividade da padeira indicou um impacto financeiro real na sua vida, mas mesmo assim, ela demonstrou que o montante do crédito não era suficiente para a sua iniciativa. Para dinamizar a zona economicamente, podemos apresentar duas alternativas: (1) o crédito solidário tem de ser atribuído a atividades fora da agricultura, ou (2) a agricultura precisa de uma abordagem colectiva para conseguir aumentar os rendimentos dos cultivadores com a compra de máquinas. O **impacto ambiental** irá ganhar forma apenas aquando um agrupamento dos cultivadores das aldeias para que seja possível reivindicar uma agricultura biológica em maior escala.

O tempo também é necessário para uma melhor adaptação ao terreno. Mesmo que a nossa aceitação na aldeia tenha sido imediata, tivemos de respeitar a tradição. Não pudemos logo denunciar as normas sociais que encontrámos contrárias aos princípios do projeto. Por exemplo, quando almoçámos na casa do Chefe, as mulheres não foram convidadas para estar à mesa conosco. Exigimos a equidade sexual no grupo e durante as formações não apontamos nenhum comportamento sexista. Mas a organização da vida social compromete o empowerment das mulheres da comunidade. Relativamente ao **impacto do género**, a associação local SIVA-Togo terá de aderir às questões de desigualdade dos sexos para conseguir promover a capacitação da mulher togolesa. Em seguida, poderia aproveitar a sua influência nas aldeias para iniciar uma mudança das representações sociais dos dois sexos.

O **impacto social** depende da repetição do projeto com o empenhamento dos antigos participantes, para conseguir dinamizar a vida da comunidade e a partilha de experiências e conhecimentos. De facto, o projeto promove um **impacto educativo**, para os vários atores envolvidos neste projeto. Em primeiro lugar, com a repetição da formação, a associação demonstrará na prática se concordou ou não com os contributos da metodologia de projeto. Os participantes disseram ter aprendido varias coisas durante a formação. Mas até que ponto, esses conhecimentos serão úteis e aplicados na vida quotidiana? Constatámos também que o workshop se mostrou vantajoso a outros membros da comunidade: cultivadores, amigos e familiares dos participantes do Chefe e crianças. Dar a formação ao ar livre teve essa vantagem de atrair observadores. Este aspeto poderia ser aproveitado de qualquer maneira pela associação. Por fim, ao nível da gestão do projeto, descobrimos um terreno desconhecido onde tivemos a oportunidade de aplicar metodologias que nos foram ensinadas. Trazemos através desta experiência prática indicações que podem ser reutilizadas por outros profissionais, apesar de não serem generalizáveis, e a confirmação que temos vontade de continuar neste caminho.



Fig.19: Última “foto de família”, ao centro da foto o Chefe da aldeia com a sua roupa tradicional

CONCLUSÃO

Esta experiência foi muito rica para nós, tanto ao nível prático como humano. Foi sobretudo um painel de encontros através dos quais descobrimos o Togo. A pobreza está por todo o lado, mas os togoleses são um povo acolhedor e sempre sorridente. O ambiente no qual nos estabelecemos foi favorável ao projeto devido ao clima securitário, ao sentimento de convivência próprio da cultura do país, e também, devido à credibilidade que nos foi atribuída.

O programa de microcrédito não se resumia a capacitar economicamente o grupo-alvo. O *empowerment* não é apenas um processo material mas também de reflexão. Abrange vários parâmetros da vida do indivíduo e da comunidade. Por isso, consideramos que constitui um objetivo completo para um programa de desenvolvimento. **A finalidade desta iniciativa era fomentar uma consciência colectiva para iniciar soluções sócio-económicas sustentáveis para a comunidade.** Apesar deste impacto apenas se poder verificar na eventual continuação do projeto, a escolha de uma metodologia participativa provou ser a via necessária para conhecer e respeitar os desejos dos participantes. Mesmo que o programa financiasse projetos individuais, surgiriam problemas e objetivos comuns à comunidade.

O desafio foi conservar os princípios de educação popular na implementação do projeto. A curta duração do workshop, o respeito da tradição, o comportamento passivo do grupo-alvo num contexto educativo, a adaptação ao terreno, a descoberta de uma abordagem metodológica para a associação e a ausência pontual dos participantes prejudicaram o dinamismo participativo do grupo-alvo. É muito importante que a comunidade se aproprie deste projeto para tomar consciência do seu poder na mudança das suas condições sócio-económicas. Para isso, os atuais participantes devem, na próxima edição, ter um papel forte na seleção e acompanhamento dos próximos candidatos. O fundo de microcrédito condiciona também a continuação do projeto. **Constatamos que a pressão moral da comunidade tanto como a vontade de poder ajudar o seu vizinho são boas motivações para permitir a preservação do fundo.** Porém, os participantes são expostos as dificuldades climáticas (seca, inundações) e económicas (saturação dos mercados) que comprometem a capacidade de reembolsar o empréstimo. Neste sentido, a procura de apoio financeiro é primordial para garantir o enquadramento logístico do projeto e o número de participantes.

A falta de meios financeiros é, sem surpresa, um problema para a concretização dos desejos da comunidade. O projeto de tornar o cantão de Bolou como uma zona piloto da rizicultura biológica é apoiado pelos chefes e a maioria dos cultivadores, desde que os rendimentos não diminuam. Mas o financiamento avaliado para 150 hectares de cultura com a compra de máquinas e a construção de edifícios de armazenamento, representaria um gasto de pelo menos 35.000€. O montante é considerável para a associação que, geralmente, nas apresentações de projetos, deve comprometer-se a financiar uma parte dos projetos. A solução encontrar-se-ia do lado da economia social e solidária, nomeadamente na procura de investidores seduzidos pela ideia, assim como, no desenvolvimento de uma clientela e mercados para a venda do arroz produzido. Para isso, SIVA-Togo deve redobrar os seus esforços na criação de uma rede de parceiros.

O Estado seria um parceiro esperado. A sua presença ao lado dos agricultores é necessária para evitar a penúria de fertilizantes, entregar subvenções para a mecanização do trabalho da terra, favorecer a concorrência e o interesse pelos produtos agrícolas amigos do ambiente. Com benefícios concretos, a comunidade poderia tentar atrair a atenção dos responsáveis governamentais, mas para isso, teria de se organizar e levar a cabo um projeto de maior escala. Nem sempre é fácil criar oportunidades e o perigo é cair na passividade por falta de esperança. O papel da associação será o de apoiar a comunidade a esforçar-se de modo a cumprir os seus objetivos.

O programa de microcrédito deveria especializar-se numa das duas vias seguintes: uma agricultura biológica e mecanizada para conseguir rendimentos superiores em diferentes mercados ou o investimento em atividades fora da agricultura. Não significa que estas atividades se devam desligar do mundo agrícola tão característico da vida rural, mas deveriam distanciar-se do trabalho da terra de forma a trazer empreendedores inovadores na paisagem económica das aldeias. SIVA-Togo e a comunidade devem agora definir os critérios que influenciarão a seleção dos próximos candidatos e a identidade do programa.

Através desta experiência confirmamos que um desenvolvimento sustentável de um território deve ser abordado como um processo transversal de longa duração. De facto, as nossas observações levam-nos a conclusão que os impactos de um projeto podem ser sustentáveis se se inscreverem numa totalidade onde primam os valores de desenvolvimento do ser humano. Isso significa que um projeto isolado não constitui um motor de mudança

social e que se deve enfrentar as normas sociais regressistas. Constatámos que a religião protege as pessoas contra as vicissitudes da vida e a tradição mantém a coesão social, mas são também portadoras de valores e comportamentos que prejudicam a liberdade dos indivíduos. Para além do apoio material, a cooperação entre o Norte e o Sul deve focar-se na formação das equipas locais, relativamente à metodologia de projeto, a sensibilização aos direitos humanos e a integração dos grupos sociais minoritários. **Dever-se-à respeitar o conhecimento do terreno das organizações da sociedade civil e apoiá-las a desenvolver, não apenas projetos de melhoramento das condições de vida materiais, mas também projetos que promovam o bem-estar dos indivíduos através valores de tolerância e igualdade para todos.**

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovação. Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (Online), (4), pp.35-70.

Disponível em : https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf (acedido em 26/09/2016)

Arnstein, Sherry (1969), “A ladder of citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, (Online), 35 (4), pp 216-224.

Disponível em : <http://archive.wikiwix.com/cache/?url=http%3A%2F%2Flithgow-schmidt.dk%2Fsherry-arnstein%2Fladder-of-citizen-participation.pdf> (acedido em 11/01/2016)

Baumann, Eveline (1985), “Activités informelles en milieu rural et transformations socio-économiques. Réflexions à partir d’une étude de cas”, em Marc Penouil et Jean-Pierre Lachaud (orgs), *Le développement spontané : les activités informelles en Afrique*, Paris, Pedone.

Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (2004), *A construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento*, Petrópolis, Editora Vozes.

Besson, Geneviève (2008), *Le développement social local. Significations, complexités et exigences*, Paris, L’Harmattan.

Bihl, Alain & Pfefferkorn, Roland (2008), *Le système des inégalités*, Paris, La Découverte.

Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude (1964), *Les Héritiers*, Paris, Editions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Paris, Éditions de Minuit.

Calvès, Anne-Emmanuèle (2009), “Empowerment : généalogie d’un concept clé du discours contemporain sur le développement”, *Revue Tiers Monde*, (200), pp.735-749.

- Canário, Rui (2000), *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa.
- Canário, Rui (2009), “Associativismo e educação popular”, em Rui Canário e Sonia Maria Rummert (orgs.), *Mundos do trabalho e aprendizagem*, Lisboa, Educa.
- Caride Gómez, José António et al (2007) (orgs.), *Educação e desenvolvimento comunitário local : perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*, Porto, Profedições.
- Castel, Robert (1999), *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris, Gallimard.
- Cavaco, Cármen (2002), *Aprender fora da escola : percursos de formação experiencial*, Lisboa, Educa.
- Cérézuelle, Daniel (1996), *Pour un autre développement social : au-delà des formalismes techniques et économiques*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Debray, Régis (1991), *Cours de médiologie générale*, Paris, Gallimard.
- Donzelot, Jacques (1994), *L'invention du social*, Paris, Le Seuil.
- Dubar, Claude (1991), *La socialisation : construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- Estivill, Jordi Pascual, “Empresas, emprendedurismo y empresariado social”, *Revista de economia solidária*, (8), pp.18-41.
- Etienne, Jean e Henri Mendras (orgs), *Les grands thèmes de la sociologie par les grands sociologues*, Paris, Armand Colin.
- Favreau, Louis (1991), “Le développement local de type communautaire” em Laval Doucet et Louis Favreau (orgs), *Théorie et Pratiques en Organisation Communautaire*, Québec, Presses de l'Université du Québec.

França Filho, Genauto Carvalho de e Laville, Jean-Louis (2004), *Economia solidária : uma abordagem internacional*, Porto alegre, Editora UFRGS.

Freire, Paulo (1975), *Pedagogia do oprimido*, Porto, Afrontamento.

Freitas, Raquel (2012), “Apropriação e desenvolvimento: Do discurso à prática na Declaração de Paris”, *Análise Social*, XLVII (205), pp. 818-841.

Friedman, John (1996), *Empowerment : uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

Goffman, Erving (1968), *Asiles : Etude sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*, Paris, Editions de Minuit.

Goffman, Erving (1988), *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

Goffman, Erving (2011), *Ritual de interação : ensaios sobre o comportamento face a face*, Petrópolis, Editora Vozes.

Gohn, Maria da Glória (2002), “Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: Impactos do Novo paradigma”, *ETD – Educação Temática Digital*, (Online), 4 (1), pp.53-77.
Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1802/1644> (acedido em 22/06/2016)

Guerin, Isabelle e Jane Palier (2006), “Microfinance et empowerment des femmes : la révolution silencieuse aura-t-elle lieu ? ”, *Finance & Bien Commun*, (25), pp.76-82.

Guerra, Isabel Carvalho (2002), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Parede, Principia
Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e Acção Coletiva- Interesses, Conflitos e Consensos*, Parede, Principia.

Houée, Paul (1982), *Les chemins creux de l'espérance*, Paris, Cana.

Kabeer, Naila (2006), *Intégration de la dimension genre à la lutte contre la pauvreté et objectifs du Millénaire pour le développement : Manuel à l'intention des instances de décision et d'intervention*, Paris, L'Harmattan.

Khwaja, Asim Ijaz (2004), "Is increasing community participation always a good thing?", *Journal of the European Economic Association*, 2(2-3), pp.427-436.

Lachaud, Jean-Pierre e Marc Penouil (1985) (orgs), *Le développement spontané : les activités informelles en Afrique*, Paris, Pedone.

Lachaud, Jean-Pierre (1985), "Les activités informelles urbaines en Afrique Sub-Saharienne", em Marc Penouil et Jean-Pierre Lachaud (orgs), *Le développement spontané : les activités informelles en Afrique*, Paris, Pedone.

Lammerink, Marc P. (1998), "Panorama y desafíos de la educación popular en Europa", *Diálogos. Educación y Sociedad. Desafíos de la educación de personas adultas*, 13 (1), pp.9-15.

Maldonado, Carlos (1999), *Le secteur informel en Afrique face aux contraintes légales et institutionnelles*, Genève, Bureau International du Travail.

Marx, Karl (1977), *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa, Estampa.

Marx, Karl (2002), "Histoire et lutte des classe", extrato de *Manifeste du Parti communiste*, em Jean Etienne et Henri Mendras (orgs), *Les grands thèmes de la sociologie par les grands sociologues*, Paris, Armand Colin, pp.50-54.

Maurel, Christian (2010), *Éducation populaire et puissance d'agir. Les processus culturels de l'émancipation*, Paris, L'Harmattan.

Ninacs, Willian (2008), *Empowerment et intervention : développement de la capacité d'agir et développement*, Laval, PUL.

Paugam, Serge (2000), *La disqualification sociale*, Paris, PUF.

Pecqueur, Bernard (2000), *Le développement local*, Paris, La Découverte & Syros.

Perroux, François (1961), *L'économie du XXème siècle*, Paris, PUF.

Prades Jacques, “Quel est l’avenir de l’économie sociale et solidaire ? Pour une approche économique”, *RECMA – revue internationale de l’économie sociale*, (281), pp.20-29.

Rocha, Alberto (1993), “La reinención de la democracia”, *Política*, 198, pp. 3-7.

Rosanvallon, Pierre (1995), *La Nouvelle question sociale. Repenser l’Etat-Providence*, Paris, Le Seuil.

Rouzel, Joseph (2000), *Le travail d’éducateur spécialisé. Ethique et pratique*, Paris, Dunod.

Scherpereel, Olivier (1985), “Le développement spontané dans le monde rural africain” em Marc Penouil et Jean-Pierre Lachaud (orgs), *Le développement spontané : les activités informelles en Afrique*, Paris, Pedone.

Sen, Amartya (2003), *O desenvolvimento como liberdade*, Lisboa, Gradiva.

Simmel, Georg (1998), *Les pauvres*, Paris, PUF.

Solomon, Barbara (1976), *Black Empowerment: social work in oppressed community*, New York, Columbia University Press.

Souza de, João Francisco (2007), “Educação popular e movimentos sociais no Brasil”, em Rui Canário (orgs), *Seminário Luso-Brasileiro “Educação popular e Movimentos sociais”*, Lisboa, Educa - Unidade de ID de Ciências da Educação.

Touraine, Alain (1993), *La Production de la société*, Paris, Le Seuil.

Touraine, Alain (1994), *Qu’est-ce que la démocratie?*, Paris, Fayard.

Yunus, Muhammad (1997), *Vers un monde sans pauvreté*, Paris, Éditions Lattès.

WEBGRAFIA :

Amaro Roque, Rogério (2005), “Entrevista a Rogério Roque Amaro : Toda a economia deveria ser solidária”

Disponível em : http://www.esquerda.net/media/rogerio_roque_amaro.pdf (acedido em 01/08/2016)

Banque Mondiale (2012), “*Rapport sur le développement dans le monde 2012 : égalités des genres et développement*”, (online), Washington, Banque Mondiale.

Disponível em : <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-French.pdf> (acedido em 30/07/2016)

Falquet, Jules (2003), “Genre et développement : une analyse critique des politiques des institutions internationales depuis la Conférence de Pékin”, (online).

Disponível em :

http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/genre/shared/Genre_docs/2886_Actes2003/05_pouvoirs-j.falquet.pdf (acedido em 30/07/2016)

Nóvoa, António (2006, novembre), “Entrevista: pela Educação, com António Nóvoa”, pp.111-126.

Disponível em :

http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_4819entuevista_nu_pdf.pdf
(acedido em 19/06/2016)

White, Sarah C. (2009), “Bringing Wellbeing into Development Practice”, *WED Working Paper*, (Online).

Disponível em: http://www.welldev.org.uk/wed-new/workingpapers/workingpapers/WeDWP_09_50.pdf (acedido em 25/09/2016)

Outros sites web consultados:

Site web das Nações Unidas: <http://www.un.org/fr/>

Site web da OECD: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/>

Site web de *crowdfunding* : <https://www.kisskissbankbank.com/10-jeunes-10-micro-entrepreneurs>

Site web do Banco Mundial: <http://donnees.banquemondiale.org/>

Site web do Governo Francês: <http://www.diplomatie.gouv.fr/>

Sítio web da associação AISSÉD: <http://aissedtogo.wixsite.com/aisséd>

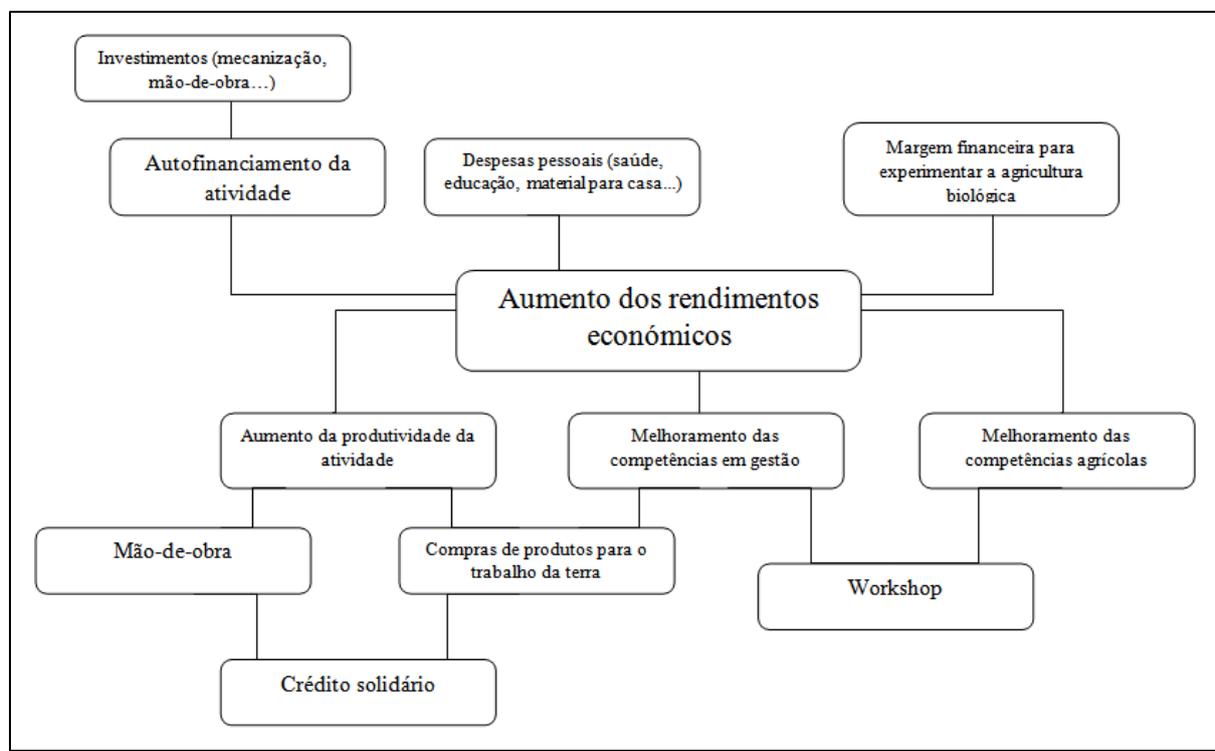
Site web da associação SIVA-Togo: <http://www.siva-togo.onlc.fr/0-Index.html>

Site web da UNICEF http://www.unicef.org/french/infobycountry/togo_statistics.html

Site web do programma FAIEJ do governo togolense : <http://faiejtogo.org/presentation/>

ANEXOS

ANEXO A - Árvore de objetivos.



ANEXO B - Matriz de Enquadramento Lógico

	Lógica de Intervenção	Indicadores objetivamente Verificáveis	Fontes de Verificação	Pressupostos
Objetivo Geral	Melhorar as condições socioeconómicas em zona rural	- Despesas excepcionais (interior, alimentação, saúde, escolaridade das crianças) - Bem-estar	- Questionários - Ficha de acompanhamento da atividade -Ficha micro-credito - Entrevistas	Satisfazer as suas necessidades
Objetivo Específico	Favorecer um melhor rendimento económico para os membros das comunidades rurais	- Ganhos económicos - Uso dos ganhos económicos (investimento, poupanças, despesas pessoais...)	- Questionários - Ficha de acompanhamento da atividade	Liberação de uma margem financeira importante para permitir melhorar a qualidade de vida dos participantes
Resultados	- Melhorar as competências em gestão - Favorecer o sucesso/crescimento das atividades dos empreendedores - Permitir a continuação do fundo de crédito solidário	- Despesas/receitas - Crédito clientes - Volume de produção/vendas - Envolvimento dos participantes na agricultura biológica - Reembolso do crédito solidário	- Ficha de acompanhamento da atividade - Questionários - 1º prazo de reembolso respeitado - Uso de fertilizantes bioquímicos	Aumento dos rendimentos económicos das atividades profissionais dos beneficiários
Atividades	- Intercâmbio de práticas e experiências - Desenvolvimento de conhecimentos em empreendedorismo, contabilidade e agricultura biológica. - Capacitação financeira do grupo-alvo	- Reuniões semanais - Intervenções de peritos - Entrega de um crédito solidário a cada participante	Ver orçamento (anexo M)	- Atendimento do workshop e aquisição de conhecimentos empresariais - Sentimento de pertença no grupo/ Solidariedade na comunidade

ANEXO C – Cronograma

Atividades	Workshop									Vigilância por Siva-Togo			
	Março				Abril					Maio-Julho 2016	Agosto-Setembro 2016	Set. 2016- Março 2017	
	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9				
Recolha de informações e convites aos participantes													
1ª reunião : diagnóstico de situação													
Acompanhamento na criação e gestão da atividade profissional													
Avaliação ex-ante do workshop (entrevistas)													
Formação Contabilidade													
Formação Agricultura Biológica													
Entrega do crédito solidário													
Avaliação in-curso do workshop (questionário)													
Acompanhamento dos projetos (visitas)													
Verificação do orçamento													
Avaliação final do workshop (questionário)													
Conclusão do workshop													
Acompanhamento Siva-Togo													
Avaliação final do projeto (questionário)													
Reembolso do crédito solidário (primeiro prazo no dia 1 de Setembro de 2016)													

O calendário do projeto foi respeitado. Apenas o programa da semana seis foi suspenso sem consequências no desenrolar do projeto.

ANEXO D - Matriz de análise de stakeholders

Grupos de stakeholders	Interesses	Efeito	Importância	Grau de influência	Observações
		+++ 0 ---	5 4 3 2 1 D	5 4 3 2 1 D	
Siva-Togo	Visibilidade da associação	++	4	3	A associação apoia a realização do projeto através do conhecimento do terreno, da tradução e da logística. Também participa nos intercâmbios do workshop.
	Reconhecimento da parte da comunidade da aldeia				
Grupo-alvo	Aumento dos rendimentos económicos	++	5	3	O envolvimento dos participantes é fundamental para o sucesso do projeto.
Comunidade	Desenvolvimento da comunidade	0	3	4	O projeto visto isoladamente não tem efeito para os interesses da comunidade. No entanto, a organização social das aldeias influencia o desenrolar dos projetos.
Financiadores	Sentimento de solidariedade	0	5	D	Sem os doadores, o projeto não teria visto a luz do dia.

ANEXO E - Plano de ação e de avaliação

Tema : as oportunidades económicas em zona rural

Objetivo geral : Melhorar as condições socioeconómicas em zona rural

Objetivo específico : Favorecer um melhor rendimento económico para os membros das comunidades rurais

Participantes : 3 homens e 3 mulheres entre os 22 e os 32 anos

Lugar : Aldeia de Bolou- Dzogbekope, na Prefeitura de Zio, Região Marítima, Togo

Duração : dois meses (um mês de formação e um mês de acompanhamento dos projetos profissionais), encontros marcados de preferência às terças e às quintas-feiras de cada semana

Princípio : metodologia participativa ; capacitação individual e coletiva

Responsáveis : a gestora de projeto e a equipa de Siva-Togo

Tópico	Objetivos	Técnicas	Procedimentos	Calendário
Plano de atividades				
Apresentação	Apresentar a equipa e explicar a razão do projeto		Introdução pelo Chefe da aldeia + conversa informal com os participantes	30min (semana 1)
Diagnóstico da situação	Identificar os problemas e eventuais soluções	- Chuva de ideias - Árvore de objetivos	Através das experiências dos participantes, se define os problemas e os objetivos do projeto (Reunião grupo nominal)	1 x meio-dia (semana 1)
Construção do modelo de negócio + Apresentação dos projetos pessoais e discussão coletiva	Desenvolver as competências dos participantes na gestão das atividades profissionais	- SWOT - Modelo de negócio - Marketing-mix - Ferramentas estratégicas (Ansoff, Porter)	Através da visualização de ferramentas de gestão de organização, os participantes são convidados a elaborar o seu modelo de negócio e as suas estratégias para ter mais rendimentos. Eles têm de apresentar os projetos deles em frente ao grupo de forma a incitar discussões	3 x meio-dia (semana 1, 2, 3)
Gestão financeira da atividade profissional		Formação contabilidade e gestão	Intervenção de um perito em contabilidade, membro da associação	1 x meio-dia (semana 4)
Agricultura biológica	Desenvolver interesses para novos produtos/novos mercados	Formação sobre os métodos da agricultura biológica, os mercados e as parcerias potenciais no Togo	Depois da equipa de projeto ter visitado uma quinta de agricultura biológica, uma formação de sensibilização será oferta aos participantes via um perito (o dono da quinta)	1 dia de visita + 1 meio-dia de formação (semana 4 e 5)
Entrega do crédito solidário e compromisso dos beneficiários	Apoiar os participantes nos seus projetos profissionais	- Entrevistas individuais - Ficha microcrédito	Através duma entrevista individual, os projetos dos beneficiários são formulados assim como o seu orçamento.	1 x meio-dia (semana 5)
Acompanhamento da criação ou perenização das atividades profissionais		Visitas da Equipa de SIVA-TOGO	Através de visitas marcadas antecipadamente, a equipa e a gestora de projeto certificam-se da evolução do projeto de cada um.	6 x meio-dia (semana 6,7,8)
Conclusão da formação	Despedir-se dos participantes e da comunidade	Questionário de avaliação	Num contexto mais informal, oferecemos um lanche aos participantes e aproveitámos para fazer algumas questões individuais.	1 x meio-dia (semana 9)

Tópico	Objetivos	Técnicas	Procedimentos	Calendário
Plano de Avaliação				
Avaliação ex-ante	Avaliar a metodologia escolhida, os resultados e efeitos do projeto	- Entrevistas - Observação participante - Atendimento às reuniões	Aproveitar as reuniões para observar o comportamento dos participantes e reservar momentos para a realização dos questionários e entrevistas	(semana 2 e 3)
Avaliação in-curso		- Questionário - Observação participante - Reuniões		(semana 5)
Avaliação final do workshop		- Questionário		Conclusão da formação (semana 9)
Avaliação do objetivo específico do projeto	Avaliar o impacto do projeto	- Constatação das despesas e ganhos económicos (ficha) - Verificação dos indicadores (ficha microcrédito) - Questionários (Chefe da aldeia, associação e beneficiários)	A equipa de Siva-Togo foi responsável pela recuperação de documentos e da realização de um último questionário permitindo recolher indicadores necessários para a avaliação final do projecto.	5 meses mais tarde

ANEXO F - Tabela de análise da investigação-ação

Conceitos relevantes para o objetivo específico	Dimensões de análise de cada conceito	Indicadores para análise de cada dimensão	Conclusões da análise
<i>Empowerment</i> social	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação financeira - Aquisição e partilha de conhecimentos - Bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento fiel do orçamento - Ganhos económicos - Utilização do resultado - Sentimento de que a formação tenha sido útil - Contabilidade - Gestão do resultado - Uso do fertilizante biológico - Rendimentos - Indicadores definidos pessoalmente com os participantes - Natureza das despesas pessoais 	<p>Os participantes, excepto uma mulher, respeitaram o orçamento. Obteram ganhos económicos que foram utilizados para investimentos, poupanças e despesas pessoais.</p> <p>Todos os participantes disseram ter aprendido, especialmente no que diz respeito à gestão. Nenhum geriu uma contabilidade escrita, mas souberam poupar dinheiro e investir na atividade.</p> <p>Dois não atingiram os rendimentos previstos por causa das inundações. O rendimento da terra aumentou apenas para o cultivador de milho. Este participante e o horticultor foram os únicos a usar o fertilizante bioquímico e referiram ter tido um bom rendimento.</p> <p>Os cultivadores conseguiram ter ganhos económicos e poupar para a próxima colheita. A padaria conseguiu satisfazer a sua clientela.</p> <p>Os indicadores como comprar uma casa, uma moto ou um terreno não podiam ser observados durante tão curto espaço de tempo. No entanto, os participantes conseguiram pagar os encargos habituais como a renda, saúde e educação. E cederam a alguns prazeres como tangas, rádio, luzes solares, malas, telemovel.</p>

Conceitos relevantes para o objetivo específico	Dimensões de análise de cada conceito	Indicadores para análise de cada dimensão	Conclusões da análise
Empowerment psicológico	<p>- Valorização da sua identidade</p> <p>- Bem-estar</p> <p>- Sentimento de pertença</p>	<p>- Afirmação de valores e aspirações</p> <p>- Indicadores definidos pessoalmente com os beneficiários</p> <p>- Comportamento durante a formação</p> <p>- Satisfação pessoal por ter participado ao workshop</p>	<p>Nos sonhos de cada beneficiário, cada vez mais se manifesta a vontade de vencer profissionalmente para “<i>être à l’aise</i>”. Os homens querem “<i>être quelqu’un</i>”. O facto de serem reconhecidos pelos outros parece ser mais importante. Muitos aspiram poder ajudar os outros com a continuidade do projeto.</p> <p>Os participantes queriam aumentar os rendimentos e definiram o reembolso e os ganhos económicos como indicadores de avaliação. Todos respeitaram o reembolso do primeiro montante do microcrédito. Para além disso queriam assumir os gastos em educação e saúde. O que foi possível para alguns. Uma cultivadora desejou ter menos problemas e dormir bem. Conseguiu poupar para a próxima colheita e sentir-se mais descansada. A padeira queria ser mais elegante e comprou tangas. Desejavam também a autonomia financeira para não ter que pedir dinheiro aos outros.</p> <p>Ao nível da participação, não houve muitas diferenças entre o início da formação e o fim. Quem participava continuou a participar, os mais discretos mantiveram a sua discrição. Notamos apenas uma evolução numa participante. Ela participou mais quando a associação começou assumir a animação dos encontros em Éwé.</p> <p>Os beneficiários ficaram satisfeitos por ter uma formação em grupo porque ajudou a desenvolver o projeto e a não enfrentarem os seus problemas sozinhos.</p>

Conceitos relevantes para o objetivo específico	Dimensões de análise de cada conceito	Indicadores para análise de cada dimensão	Conclusões da análise
Empowerment político	<ul style="list-style-type: none"> - Participação - Consciência colectiva - Solidariedade espacial 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento na continuação do projeto - Uso de fertilizante biológico - Reembolso do crédito - Motivações para o reembolso 	<p>Todos os participantes disseram querer participar no próximo projeto, dar conselhos, testemunhar da sua experiência e partilhar os seus conhecimentos. A continuação do projeto é claramente condicionada pelo reembolso total do empréstimo.</p> <p>Apenas dois dos cultivadores usaram o fertilizante bioquímico gerando bom rendimento da colheita. Pode ser uma motivação para eles continuarem nesta direcção.</p> <p>Todos reembolsaram o primeiro montante do crédito. Ajudar os outros provou ser uma motivação para eles.</p>

ANEXO G - Análise SWOT dos cultivadores

<p>Forças :</p> <ul style="list-style-type: none"> - A força física pessoal - A posse das terras (quando é o caso) - O canal - Uma zona rica em limo 	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As doenças/ o desânimo (necessidade de apoio) - As ervas (tem de melhorar a monda) - O aluguer da terra (quando é o caso/ fazer um contrato com o senhorio)
<p>Oportunidades :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os preços do arroz/milho estável - O mercado biológico - As experiências dos outros cultivadores 	<p>Ameaças :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os ladrões (pedir a ajuda do Chefe da aldeia) - Os pássaros, os bois (vigiar os campos, usar espantalhos) - A seca / as inundações (gerir água) - A chuva que pode estragar a apanha - A falta de fertilizante químico no mercado em devida altura (fazer reservas)

Esta análise foi realizada pelos participantes durante o workshop.

ANEXO H – Grelha de entrevista

Nom	
Sexe	
Âge	
Village	
Scolarité/Formation	
Profession des parents	
Profession actuelle	
Profession envisagée	
Statut civil	
Enfants	
Parcours de vie	
Quelles difficultés rencontrez-vous dans votre profession ?	
Comment vous décriveriez-vous (qualités)?	
Quels sont vos rêves et aspirations (où vous voyez-vous dans cinq and) ?	
Quels sont vos loisirs?	
Observations	

Este grelha de entrevista foi usada nos primeiros encontros para conhecer melhor os participantes. Os dados foram reunidos nos retratos apresentados no anexo M.

ANEXO I – Questionário Fim Workshop

QUESTIONNAIRE FIN WORKSHOP

1) Depuis la remise de l'argent, qu'avez vous accompli par rapport à votre projet?

2) Avez-vous respecté votre budget?

Oui

Non

Si non, aviez-vous mal calculé votre budget?

Oui

Non

3) Avez-vous rencontré des imprévus?

Oui

Non

Si oui, lesquels?

4) De quel montant supplémentaire avez-vous besoin? Expliquez ces dépenses.

5) Avez-vous trouvé ce montant supplémentaire?

Oui

Non

Si oui, auprès de quelle personne ou institution?

6) Etes-vous toujours confiant par rapport à votre activité et le remboursement du prêt?

Oui

Non

Je ne sais pas

7) Aujourd'hui, la formation et le suivi par l'équipe de SIVA TOGO touche à sa fin. Quel est votre sentiment? Avez-vous des commentaires à faire ? _____

ANEXO J – Questionário Avaliação Projeto

QUESTIONNAIRE EVALUATION PROJET

NOM DU BENEFICIAIRE : _____

1) Pourriez-vous décrire votre expérience d’entrepreneur au cours de ces 5 derniers mois ? Quelles difficultés avez-vous rencontré ?

2) Pour les agriculteurs :

a. L’année dernière, sur votre dernière récolte, quel avait été votre rendement (en sac pour le riz/ maïs) ? _____

b. Et sur cette récolte, quel a été votre rendement (en sac pour le riz/maïs)?

c. En dehors de l’agriculture, faites-vous un autre métier pour subvenir à vos besoins ? Si oui, lequel/lesquels ? _____

d. Avez-vous respecté le mélange avec l’engrais biologique ? Oui / Non

Quelles sont vos observations à ce sujet ? _____

2) Pour Edinam, combien de pain produis-tu par jour ou par semaine ? _____

Réussis-tu à satisfaire les besoins de ta clientèle avec cette production ? Oui / Non

Si non, Pourquoi? _____

3) Pourrez-vous rembourser le premier montant du prêt ? Oui / Non

4) Pensez-vous pouvoir rembourser la totalité du prêt ? Oui / Non

5) Quelles sont vos motivations pour réussir le remboursement ? _____

5) Depuis avril (début du projet) jusqu'à aujourd'hui, pouvez-vous évaluer les dépenses que vous avez dû faire pour votre activité professionnelle et les recettes qui ont été réalisées. Pour les dépenses, comptez le microcrédit et vos dépenses personnelles.

DÉPENSES	ORIGINE DE L'ARGENT DEPENSÉ (précisez le montant)	RECETTES	UTILISATION DES RECETTES (précisez le montant)
<i>Qu'est ce que vous avez-acheté ?</i>	<i>Avec quel argent ?</i>	<i>Combien avez-vous gagné ?</i>	<i>Comment avez-vous utilisé l'argent gagné?</i>

6) Si vous avez fait des bénéfices, précisez le montant : _____

7) Avez-vous pu faire des achats ou des dépenses inhabituels pour votre maison, vos enfants, votre plaisir personnel ...? **Oui / Non**

Si oui, lesquels ? _____

8) Lors de la prochaine session de microcrédit, votre expérience pourrait être utile et vous pourriez la partager avec des jeunes de votre communauté. Seriez vous d'accord de participer à la prochaine session de microcrédit ? **Oui / Non**

Comment aimeriez- vous participer à ce projet? _____

9) Quel(s) projet(s) aimeriez-vous voir se développer dans votre communauté? _____

ANEXO K – Ficha microcrédito

**DEMANDE DE CREDIT SOLIDAIRE POUR UNE
ACTIVITE GENERATRICE DE REVENUS**



LE BENEFICIAIRE :

Nom et prénom :

Age :

Sexe :

Localité :

Téléphone :

Activité professionnelle actuelle :

Descriptif du résultat de l'activité l'année précédente s'il ne s'agit pas d'une création d'activité :

Avez-vous déjà reçu une aide ou bénéficié d'un prêt auprès d'une institution financière ? oui / non

Si oui, quand , par qui et pour quel usage ? :

.....

Avez-vous un compte en banque ? : oui / non

Souhaitez-vous déposer votre argent auprès de SIVA-TOGO ? :

Référence de compte :

LE PROJET DETAILLE :

1. Modèle d'entreprise :

Partenaires :	Activités :	Proposition de valeur :	Relation clientèle :	Clients :
	Ressources :		Distribution :	
Coûts :		Revenus :		

2. Analyse SWOT :

Analyse interne : Forces (à capitaliser)	Analyse interne : Faiblesses (à améliorer)
Analyse externe : Opportunités (à surveiller)	Analyse externe : Menaces (à éliminer)

3. Budget prévisionnel du microcrédit :

	FINANCEMENT			Respect du budget (Observations de l'association)
	Crédit solidaire	Apport personnel	Autre source de financement: _____	
Matériels :				
Produits (matières premières, transformation...) :				
Main d'œuvre :				
Transport :				
Autres :				
Total				

4. Chronogramme du projet :

Activités	Les périodes de l'activité																			
	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4	S1	S2	S3	S4

5. Indicateurs d'évaluation :

Sur quels résultats et/ou observations allez-vous vous appuyer pour mesurer le succès de votre projet ?

.....

.....

.....

.....

6. Commentaires du bénéficiaire par rapport à l'accompagnement de l'association :

.....

.....

.....

.....

SUIVI DU PROJET PAR L'ASSOCIATION :

1. Indicateurs d'évaluation :

Quels indicateurs confirment le succès ou l'échec du projet du bénéficiaire ?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2. Remboursement du prêt :

Avez-vous	Date prévue	Date de paiement	Montant prévu	Montant remboursé
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
Total				

3. Observations de la part de l'association :

.....

.....

.....

.....

ANEXO L - Ficha de acompanhamento da atividade

FICHE DE SUIVI D'ACTIVITÉ GÉNÉRATRICE DE REVENUS

NOM DU BENEFICIAIRE :



MOIS	MONTANT TOTAL DES DÉPENSES	MONTANT TOTAL DES RECETTES	RÉSULTAT	CRÉDITS CLIENT IMPAYÉS	UTILISATION DU RÉSULTAT
					<i>Économies, Paiement de dettes, Investissement activité professionnelle (achat matières premières, stock, nouveau matériel...), Dépenses personnelles (logement, alimentation, santé, éducation....)</i>
AVRIL					
MAI					
JUIN					
JUILLET					
AOÛT					

ANEXO M - Agradecimentos aos Kissbankers

REMERCIEMENTS

De retour du Togo depuis presque un mois, il est temps pour moi de vous remercier pour votre contribution au projet de crédit solidaire que j'ai pu mettre en place dans le village de Bolou-Dzogbékopé.

Vous savez que les personnes les plus pauvres sont aussi celles qui rencontrent le plus de difficultés à avoir accès à un crédit bancaire, faute de garantie à présenter. Pourtant elles ont grandement besoin de ce petit coup de pouce pour pouvoir lancer ou pérenniser une activité, qui, même si elle reste ancrée dans l'économie informelle, leur permet de vivre, elles et leur famille. Souvent, un crédit permet tout simplement d'augmenter ses stocks de vente et ainsi d'augmenter ses rendements. C'est avec cette vision en tête que je suis partie implanter ce projet de crédit solidaire au Togo.

Le projet s'est déroulé sur deux mois dans une zone rurale de la Préfecture de Zio à une cinquantaine de kilomètres au nord de la capitale, Lomé. Nous avons respecté la méthodologie participative qui préconise le rôle prépondérant des acteurs du projet dans les échanges d'idées et dans les prises de décision. Mon rôle, en tant que responsable de projet et animatrice, était de guider les bénéficiaires et de leur apporter l'aide dont ils avaient besoin. L'association SIVA-Togo, étant une organisation locale, m'a permis d'entrer en contact avec la population villageoise et m'a apporté le soutien logistique nécessaire dans un pays qui m'était alors inconnu. Rappelons que la langue officielle est certes le français, mais l'éwé reste la langue d'échange parmi les togolais de cette zone du pays. La présence de traducteurs était donc indispensable pour garantir une bonne passation des informations.

Ce projet à petite échelle a réuni trois hommes et trois femmes âgés de 22 à 32 ans. Au départ, nous avions en tête d'accompagner une dizaine de personnes, mais une fois sur place, il a semblé plus judicieux de diminuer le nombre de participants pour offrir un crédit plus important. Tout au long du mois de mars, nous nous rendions deux fois par semaine dans le village de Bolou-Dzogbékopé pour rencontrer nos participants. Nous étions reçu chez Théophile, le Chef du village, un homme sage et généreux qui nous a été d'une grande aide, tant par son accueil que par ses idées. Lors de ces réunions, nous avons accompagné les

bénéficiaires du crédit solidaire dans leur réflexion et nous leur avons apporté les outils nécessaires pour faire mûrir leur projet. C'est ainsi que nous leur avons proposé une formation en gestion, en comptabilité et en agriculture biologique.

Ce dernier point de compétence a immergé dès notre première rencontre. Lorsque les participants, à 80% cultivateurs, ont abordé les difficultés rencontrées pour acheter les engrais, la question de l'agriculture biologique a été soulevée par Théophile, lui-même cultivateur de riz, et Raymond, un de ses confrères,. Ils ont alors mis l'accent sur la nécessité de préserver l'écosystème pour les générations futures. Cependant, l'agriculture biologique ne trouve pas son acheteur au Togo et le prix de vente sur le marché est le même que pour les produits issus de l'agriculture intensive. La réalité économique incite les agriculteurs à favoriser le rendement plutôt que la nature. Toutefois, de par cette discussion, les participants se sont engagés à tenter l'agriculture biologique. Au départ, ils ont accepté d'y consacrer un quart de leur terrain mais après la venue d'un expert, ses conseils nous ont menés à une autre forme d'accord : le mélange de l'engrais chimique et du biochimique afin de passer progressivement à une utilisation exclusive de fertilisants respectueux de l'environnement. En contrepartie, SIVA-Togo s'engage à chercher des nouveaux marchés et des financements. Car effectivement, un autre problème rencontré par les cultivateurs de Bolou est la mécanisation de leur travail. Ils ont besoin de motoculteurs et de machines pour battre le riz. Pour ces raisons, nous tentons encore aujourd'hui de les aider dans ce projet de plus grande envergure qui ferait de Bolou une zone pilote pour l'agriculture biologique du riz.

Afin d'évaluer le bon déroulement du projet et la réalisation de nos objectifs, nous avons effectué des petits entretiens et des questionnaires avec nos bénéficiaires et nous avons observé leur comportement lors des séances de groupe. En effet, la formation avait non seulement pour but de leur apporter les compétences requises au lancement et à la gestion de leur activité professionnelle mais visait également l'autonomisation des individus à travers la dynamique de groupe. Nous avons pu constater que les participants ont été solidaires entre eux, dans leur réflexion et la formulation de leur projet. Ils nous ont dit surtout avoir apprécié la formation en comptabilité qui leur a été d'une grande utilité et ils souhaitent pouvoir aujourd'hui mieux gérer leurs bénéfices.

Ils espèrent tous rembourser leur prêt et se montrent très confiants. Ils pourront ainsi aider d'autres jeunes l'année prochaine à réaliser leur rêve. Après un mois de formation et de

rencontres régulières, nous avons remis l'argent à nos bénéficiaires (100 000 francs CFA chacun, soit 150€) et avons pris de leurs nouvelles tout au long du mois d'avril pour savoir comment se déroulaient leurs activités. Grâce à de petites visites, nous avons pu observer l'avancée de leur projet, du travail de leur champ pour la majorité et la construction du four à pain de l'une des participantes.

Quand j'ai quitté le Togo, chacun avait déjà bien avancé dans son projet et respecté globalement le budget préétabli avec l'équipe de SIVA-Togo. Afin de vérifier, la bonne réalisation du projet, nous avons demandé à nos bénéficiaires de tenir leurs comptes pendant environ cinq mois et de nous faire parvenir une fiche de suivi à la fin de l'été, pour constater une amélioration de leur niveau de vie. Le premier remboursement, d'un montant de 15.000 francs CFA, est quant à lui dû au 1^{er} septembre 2016. La restitution du prêt s'étalera ainsi jusqu'à début mars 2017. Le principe du crédit solidaire veut que les bénéficiaires ne soient en aucun cas « poursuivis » pour ne pas avoir réussi à s'acquitter de leur dette, seules leur réputation à préserver et la volonté d'aider d'autres villageois doivent être les moteurs de leur engagement. La notion de solidarité est ainsi mise en avant. Nous prendrons bien sûr en compte d'autres facteurs prépondérants qui peuvent les empêcher d'atteindre leurs objectifs comme les aléas climatiques.

Je vous fais parvenir une vidéo où chaque bénéficiaire a tenu à vous remercier. C'est une manière pour vous de mettre un visage sur votre don. De la même manière, à travers les biographies que vous m'aviez remises, j'ai tenu à ce qu'eux aussi sachent qui avaient contribué à les aider.

A mon tour, je vous remercie car sans vous ce projet n'aurait pu se réaliser. Et j'espère vous transmettre à travers cette vidéo et cet email toute la reconnaissance que j'ai moi-même reçue lors de ce séjour. Et ce fût sans nul doute la plus belle des contreparties.

COMPTABILITÉ DU PROJET:

BUDGET (€)	2000
Frais de fonctionnement du site de Crowdfunding	160
Frais hébergement et alimentation au Togo	750
Fonds de financement du crédit solidaire	1000
Frais Logistique et materiel	90

DEPENSES	DONS	COURS DE FRANÇAIS BENEVOLE	AUTO- FINANCEMENT
FONDS 2005€	775	420	810
Frais de fonctionnement du site de Crowdfunding		160,4	
Inscription association		50	
Frais hébergement et alimentation		700	
Fonds de financement du crédit solidaire		914,5	
Frais bancaires (virement association)		16,5	
Papeterie (stylos et cahiers pour les bénéficiaires)		7,4	
Ordinateur (don à l'association)		46,4	
Déplacements animateur		32,1	
Déplacements bénéficiaires		16	
Internet		18,3	
Impressions (questionnaires, fiche micro-crédit)		1,5	
Intervention expert en comptabilité		15,3	
Intervention expert agriculture		15,3	
Cadeau de remerciement au Chef du village		15,3	
Fête de clôture		3	
TOTAL		2012	

Ayant attribué 100 000 frs CFA à chaque bénéficiaire, soit 152,4€, 85€ ont pu être récupéré sur le budget pour l'animation du projet. Le budget a été établi sur la base de la récolte de fonds du crowdfunding. Il n'inclut pas les billets d'avion, l'assurance santé, les frais médicaux préventifs relevant également d'un auto-financement de la part de la responsable de projet.

PORTRAITS

Découvrez les portraits de nos bénéficiaires

Edinam a grandi à Bolou- Yodamé, près du village où notre projet a pris place. Elle a travaillé comme apprenti pendant dix ans dans une boulangerie, le temps de s'acquitter de la dette de sa formation. En 2010, elle a réussi à ouvrir une boulangerie grâce à un prêt dans une petite ville de la région. Mais en 2015, elle s'est séparée de son mari et a dû revenir dans son village natal et laisser derrière elle sa boulangerie. Elle n'avait plus les connaissances nécessaires pour emprunter et redémarrer à zéro, elle a donc commencé à fabriquer des savons qu'elle vendait sur les marchés. Mais ses bénéfices n'étaient pas assez importants pour pouvoir revenir à sa première activité.



Edinam devant son four à pain, construit à côté de son nouveau logement.

Edinam est une femme dynamique. Elle a trois filles, de 12, 11 et 7 ans, et pour elle, c'est primordial de pouvoir les faire évoluer. Ses parents sont des cultivateurs de riz. En revenant à Bolou-Dzogbekope, elle s'est installée chez eux mais elle a trouvé tout récemment un logement où s'installer



Une des premières fournées d'Edinam prise d'assaut par l'équipe de SIVA-Togo.

avec ses enfants. Avec le prêt dont elle a bénéficié, Edinam a construit un four à pain. Cependant, elle avait mal évolué le coût de construction, n'ayant plus d'argent pour acheter la matière première nécessaire. Mais à force de débrouille, elle a réussi à trouver de quoi faire sa première fournée de pains pour le 1^{er} mai. Et on espère que sa renommée dans le village va grandir, lui permettant d'augmenter rapidement ses bénéfices. Plus tard, elle aimerait avoir une vraie boulangerie, avec des ouvriers et des apprentis.

Massan a 22 ans, elle est mariée et a une petite fille, Muriel, âgée d'à peine un an. Ses parents sont agriculteurs et c'est avec eux qu'elle a appris le métier qu'elle fait aujourd'hui : la culture du riz. Massan rencontrait des difficultés pour augmenter ses rendements grâce à l'achat d'engrais ou par la mécanisation de son activité, faute de bénéfices suffisants. Elle a envie d'utiliser des engrais biochimiques mais la réalité économique ne lui laisse guère le choix, épuisant ainsi le sol de son terrain. Elle s'est engagée à passer progressivement à la culture biologique, en espérant trouver des nouveaux marchés enclins à ce genre d'agriculture grâce au soutien de Siva-Togo.



Massan présentant l'analyse SWOT de son projet (Forces, Faiblesse, Opportunités et Menaces).

Massan se décrit comme une femme aimable. Quand elle ne travaille pas, elle aime regarder la télé. Elle est vraiment heureuse d'avoir pu bénéficier de ce crédit solidaire pour porter ses projets à termes. Comme elle le dit elle-même, grâce au prêt, elle a pu retrouver un sommeil paisible n'ayant plus à réfléchir à la manière de financer la culture

de son champ. Elle espère augmenter ses rendements en cultivant un demi-hectare, ce qui représente la production moyenne de 10 sacs de riz. Avec les bénéfices qu'elle fera, elle réinvestira dans la prochaine saison et aimerait pouvoir s'acheter une moto pour se déplacer plus facilement.



Adoudjo a 22 ans et est natif du village de Bolou-Dzogbekope où notre projet a pris place. Il est agriculteur, comme son père, Théophile, le Chef du village. Il est marié et a une petite fille, qu'il a sous les conseils de son père prénommée Sabine ! Après le travail, Adoudjo a l'habitude

de retrouver les jeunes du village sur le terrain de foot où ils organisent des entraînements et des matchs avec le plus grand sérieux, chacun revêtant chaussettes, crampons et maillots.

Adoudjo a utilisé le crédit solidaire pour augmenter le rendement de son champ de riz. Il souhaite devenir un agriculteur dont la renommée dépassera celle de son papa. Pour suivre les traces de son mentor, il devra lui aussi se mettre à l'agriculture biologique. Grâce au soutien de la communauté et de SIV-Togo, il espère que l'on trouvera de nouveaux



Théophile, le Chef du village et sa petite-fille Sabine.

marchés, en particulier à l'international. Car en plus d'être ambitieux, Adoudjo aimerait pouvoir voyager et échanger avec des gens du monde entier.

Mawouko a 22 ans et est originaire de Bolou- Kpodavé. Arrivé au lycée, en 1^{ère}, Mawouko a dû mettre un terme à sa scolarité faute de moyens financiers. Il a alors gagné sa vie en remplaçant des chauffeurs de moto-taxi, en travaillant comme métayer ou chasseur d'oiseaux dans les champs de riz. Mawouko dit ne pas avoir de loisirs en particulier, il n'aime pas le foot, qui reste le divertissement préféré des jeunes au Togo. Par contre, il aime aider ses aînés. D'ailleurs dans cinq ans, Mawouko souhaite être devenu « quelqu'un », vivre confortablement et aider les gens. Il espère aussi se marier et avoir deux enfants, mais cela, pas avant la trentaine.



Mawouko lors de l'établissement de son budget.

Comme dans le milieu rural l'activité prédominante est l'agriculture, Mawouko veut faire du jardinage. Il a décidé de cultiver des piments, des tomates et des aubergines. Son père a un champ qu'il lui a mis à disposition. Il avait besoin d'argent pour acheter les produits nécessaires, comme l'engrais et l'herbicide, mais aussi pour travailler la terre. Grâce au crédit solidaire,



Visite du champ de Mawouko

Mawouko a pu commencer sa nouvelle activité et devenir indépendant. A l'heure où j'ai quitté le Togo, il avait déjà pu traiter son terrain, faire les sillons et semer. Nous attendrons quelques nouvelles lors des premières récoltes en juin, en espérant que les produits de Mawouko auront un franc succès au marché.

Afi est une agricultrice de 27 ans, originaire du village de Bolou-Kpodave. Son père était lui-même cultivateur de riz. Après son décès, elle s'est retrouvée sans moyens financiers et s'est mise à son tour au travail de la terre. Au début du projet, Afi avait eu l'idée de se lancer dans le commerce de poissons mais c'est finalement dans les champs qu'elle se sent le



Afi, recevant les conseils des autres participants.

plus à l'aise. Avant l'arrivée de Siva-Togo, Afi ne pouvait cultiver que trois carrés de terre. Grâce au crédit solidaire elle a pu étendre sa culture à 8 carrés, soit un demi-hectare, espérant ainsi augmenter ses rendements.

Afi est une jeune femme très timide. Lors des discussions, elle a du mal à nous regarder dans les yeux et il lui est très difficile de parler d'elle. Sa timidité est d'ailleurs un sujet de conversation dans le village. Afi a rejoint le projet tardivement suite à l'absence

d'une autre participante. On aurait souhaité que l'expérience de groupe l'aide un peu plus à vaincre ses barrières. Cependant, au premier entretien, il lui était impossible de formuler un rêve. Par la suite, elle nous a dit qu'elle souhaiterait un jour avoir une maison. Selon Afi, ce crédit solidaire représente une chance de pouvoir progresser dans sa vie.



Afi, lors de la formation comptabilité avec Franck, notre formateur en arrière-plan.



Mawouli lors de la présentation de son projet.

Mawouli a 32 ans et est agriculteur. C'est un homme souriant et sociable. Il est issu d'une famille très pauvre, et par conséquent, ses parents n'ont pas pu lui payer un apprentissage, une pratique habituelle au Togo à la sortie de l'adolescence. Les jeunes s'en vont apprendre un métier pendant trois ans chez un professionnel, moyennant un prix d'entrée et de sortie.

A la fin de l'école primaire, Mawouli a arrêté de « fréquenter », comme on dit ici pour parler de quelqu'un qui est scolarisé. Il est alors parti travailler dans les champs. S'il avait assez d'argent, ou un crédit d'au moins 300 000 francs, il aimerait se lancer dans le commerce de bétails. Mais avec les 100 000 francs que nous lui avons prêté, il a décidé d'augmenter les rendements de son champ de maïs par un meilleur travail de la terre. Il loue deux hectares, mais le crédit peut seulement financer les métayers pour le labour et le sarclage sur un hectare. Pour le reste, il utilise sa propre force de travail. Le crédit l'a aidé également à acheter l'engrais pour optimiser son rendement. Cependant, il s'engage à passer progressivement à la culture biologique, si l'association Siva-Togo l'accompagne dans la recherche de nouveaux marchés. Ce sur quoi nous travaillons durement depuis !

Mawouli est séparé et a deux enfants de six et trois ans. Il n'a pas de loisirs en particulier, c'est un solitaire et quand il ne travaille pas, il aime regarder la télévision. Pour lui, le plus important dans la vie, c'est la vérité, l'honnêteté. Dans cinq ans, il aimerait être un homme aisé et respecté et pouvoir envoyer ses enfants à l'école.



Mawouli dans son champ de maïs

CONTACT :

Responsable de projet :

Sabine PERNET

Tel : +351 967 507 246

Email : pernetsab@gmail.com

Association locale :

Siva-Togo

Tel : +228 91 96 80 09

Email : sivamonde@gmail.com

Site internet : <http://www.siva-togo.onlc.fr/0-Accueil.html>

Retrouvez plus d'informations sur :

<https://www.facebook.com/10jeunes.10microentrepreneurs/?pnref=story>

MERCI À TOUS !!!